



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

***Os desafios da pandemia da Covid 19 no estágio supervisionado em
Serviço Social: breves reflexões acadêmicas***

Alessandra Braga Caetano

Rio de Janeiro

2022

Alessandra Braga Caetano

**Os desafios da pandemia da Covid 19 no estágio supervisionado em
Serviço Social: breves reflexões acadêmicas**

*Trabalho de Conclusão de Curso da Escola
de Serviço Social, da Universidade Federal
do Rio de Janeiro, como requisito necessário
para obtenção do grau de bacharel em
Serviço Social.*

*Orientadora: Profa. Debora Holanda L.
Menezes*

*Rio de Janeiro
de 2022*

*Se a educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda*

(Paulo Freire)

Agradecimentos

Em primeiro lugar sou grata a Deus por conseguir terminar essa graduação em meio a tantos momentos difíceis que passei, muitas vezes achei que não conseguiria, mas ele me capacitou, me deu forças e me colocou de pé e me fez acreditar que seria capaz de vencer, obrigada Senhor.

O meu carinho especial à minha querida amiga Isabella, a tia Thelma e Graça família essa que tanto me acolhe.

Quero agradecer ao meu irmão Alex por compartilhar a internet comigo, obrigada.

As amigas que fiz na universidade e que vou levar para a vida Yara Balieiro, Monique Albuquerque, Letícia, Rita e em especial Dalva (nunca vou esquecer o que fez por mim), a Laudicéia pelas orações e conselhos e a Kelly Mendes por me abrigar em sua casa quando eu saía tarde da faculdade e não tinha mais ônibus, as demais obrigada meninas pelos momentos de alegria, conversas sérias e outras nem tanto (hahaha) preocupações que compartilhamos sobre a vida e a academia, pelas saídas depois das aulas para ir ao shopping lanchar, sem vocês essa caminhada teria sido mais árdua, obrigada.

Quero muito agradecer todas as profissionais que tive contato no campo de estágio no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho desde a coordenadora Andréia às minhas ex supervisoras que tanto contribuíram para minha formação Cândida, Laís, Graziane e em especial a Camila com quem tive maior contato, se eu for a metade da profissional que é, Já fico feliz ,obrigada a todas.

Aos professores da Escola Serviço Social que compartilharam do seus conhecimentos, o meu muito obrigada a vocês mestres.

Gostaria de agradecer à minha orientadora Débora Holanda pela paciência, dedicação, incentivo e tenho certeza que depois de Deus a senhora foi a que mais me ajudou, obrigada

E gostaria também de agradecer aos professores Ana Isabel e Guilherme Almeida por aceitar compor a banca deste trabalho, muito obrigada .

RESUMO

Este trabalho fará uma descrição analítica sobre os desafios enfrentados na pandemia da covid 19 no estágio supervisionado em Serviço Social na modalidade remota, e que se deu a partir de uma experiência no campo ocorrida no ano de 2021 assim, no sentido de desenvolver o estudo foram analisados o significado do Serviço Social enquanto profissão, fazendo um resgate sobre a sua gênese a partir de duas perspectivas: a endogenista e a histórica-crítica, bem como a Igreja Católica do século XIX e como está entendida a questão social e em que contexto social, ela vivia a partir da consolidação do modo de produção capitalista na Europa, abordamos ainda sobre surgimento da profissão no Brasil e sua vinculação com a Igreja Católica, também se fará uma análise sobre as mudanças que a formação e a prática profissional sofreu na ditadura militar e como essas mudanças contribuíram com a inclusão do estágio supervisionado nas novas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e abordarei o estágio em Serviço Social em tempos de pandemia a partir da minha experiência na modalidade remota. A pesquisa se deu por meio de uma análise bibliográfica. O estágio supervisionado em Serviço Social é fundamental para uma formação de qualidade, é por meio dele e nos espaços sócio-ocupacionais presenciais que o aluno assimila melhor as dimensões constitutivas da profissão teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa é um momento da graduação, que permite ao estagiário uma reflexão sobre os processos de trabalho do assistente social bem como este aciona a instrumentalidade no seu cotidiano profissional.

Palavras-chave: estágio supervisionado, a formação profissional e pandemia da Covid 19.

SIGLAS

ABEPSS-Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CEAS-Centro de Estudos e Ação Social

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social

CRAS-Centro de Referência de Assistência Social

CRESS- Centro de Referência da Assistência Social

ENESSO- Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

HUCFF-Hospital Universitário Clementino Fraga Filho

OMS-Organização Mundial de Saúde

OTP-Orientação treinamento Profissional

PNE-Política Nacional de Ensino

UFRJ-Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 Introdução -----	8
1.1 Serviço Social : breves reflexões sobre a profissão -----	10
1.2 A Gênese do Serviço Social -----	12
1.3 A Igreja Católica do século XIX e a Questão Social -----	14
1.4 Serviço Social:mudanças na formação e prática profissional na ditadura militar -----	23
2 Estágio em Serviço Social: contribuições teórico-prática -----	35
2.1 Estágio em Serviço Social em tempos de pandemia: breves reflexões e desafios para a formação profissional -----	38
Conclusão -----	56
Referências -----	58

1 Introdução

O estágio supervisionado em Serviço Social faz parte de um processo fundamental para uma formação de qualidade, é por meio dele que os discentes se inserem nos espaços sócio- ocupacionais de forma presencial, onde o aluno consegue assimilar melhor as dimensões constitutivas da profissão teórico-metodológico, ético- política técnico-operativa .

É um momento único da graduação, logo conhecer as instituições empregadoras, o cotidiano profissional e as demandas dos usuários permite ao estagiário olhar o movimento dessa realidade e todos os seus atravessamentos de forma simultânea, conjuntura essa bem próximo daquilo que se encontrará para uma futura atuação na profissão.

Não vivenciar o estágio de forma presencial trouxe uma pergunta: Quais foram os desafios enfrentados para se realizar essa etapa da formação a partir do estágio remoto? .

O Trabalho de Conclusão de Curso TCC, tem como tema os desafios da pandemia da Covid 19 no estágio supervisionado em Serviço Social: breves reflexões acadêmicas, que tem por objetivo analisar as dificuldades da Covid 19 no estágio supervisionado durante a pandemia.

Abordar esse tema justifica-se a partir das inquietações que surgiram no estágio remoto, a partir das dificuldades encontradas na execução das atividades propostas pela supervisão de campo em meio a um cenário pandêmico, onde foi preciso conciliar outras atividades para além da academia.

Modalidade essa que vivenciei durante dois períodos no ano de 2021 no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho e das aulas de OTP 3 e 4 onde tive contato com textos e documentos da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que apontava as dificuldades de se estagiar nesse período.

Portanto, busco analisar o significado do Serviço Social enquanto profissão, fazendo um resgate sobre a sua gênese a partir de duas perspectivas: a endogenista e a histórica-crítica; analisar a Igreja Católica século XIX e como está entendia a questão social, e em que contexto social, ela vivia a partir da

consolidação do modo de produção capitalista na Europa; analisar sobre surgimento da profissão no Brasil e sua vinculação com a Igreja Católica; analisar as mudanças que a formação e a prática profissional sofreu na ditadura militar e como essas mudanças contribuíram com a inclusão do estágio supervisionado nas novas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 96; analisar o estágio em Serviço Social em tempos de pandemia a partir da minha experiência na modalidade remota.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica a partir da indicação de livros pela orientadora acadêmica, por meio de leituras de artigos, textos e documentos compatíveis com o tema. Este trabalho tem como base os livros—Serviço Social e Filosofia Das Origens a Araxá do autor Antônio Geraldo de Aguiar (1995), Ditadura e Serviço Social: Uma Análise do Serviço Social no Brasil pós 64 do autor José Paulo Netto (2005), Relações Sociais e Serviço Social no Brasil da autora Marilda Yamamoto (2006), A natureza do Serviço Social: Um Ensaio Sobre sua Gênese, a "Especificidade" e sua Reprodução do autor Carlos Montão (2007) e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 96 e o estágio supervisionado na formação em Serviço Social: uma experiência desafiadora no período pandêmico.

O Trabalho se organiza em duas seções. A primeira seção analisa o significado do Serviço Social enquanto profissão, fazendo um resgate sobre a sua gênese a partir de duas perspectivas: a endogenista e a histórica-crítica.

Em seguida analisaremos a Igreja Católica do século XIX e a questão social e em que contexto social, ela vivia a partir da consolidação do modo de produção capitalista na Europa e porque se vincula o surgimento da profissão no Brasil com a Igreja Católica e quais as mudanças que a formação e a prática profissional sofreu na ditadura militar e como essas mudanças contribuíram com a inclusão do estágio supervisionado nas novas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Na segunda seção abordarei o estágio em Serviço Social em tempos de pandemia a partir da minha experiência na modalidade remota e suas contribuições teórico-prática, em seguida farei algumas breves reflexões para a formação profissional sobre os desafios enfrentados e por fim apresento as considerações finais.

1.1 Serviço Social : breves reflexões sobre a profissão

O Serviço Social é uma profissão, que pelo senso comum é confundida com assistência social e assistencialismo, que apesar da ideia de serem parecidas na sua nomenclatura tem significados completamente diferentes, nesse sentido, cabe realizar um esclarecimento: Assistência Social “é uma política pública de atenção e de defesa de direitos, regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social” (n° 8.742/93), política essa que: “Destina-se à população mais vulnerável, com o objetivo de superar exclusões sociais e defender e vigiar os direitos de cidadania e de dignidade humana” (CRESS RJ, 2020, p.2), no que tange o assistencialismo é definido pela entidade representativa da categoria profissional Conselho Regional Federal da Assistência Social como: “é o “contraponto do direito, da proteção social ou seguridade social. “ É um acesso a um bem através de uma doação”(CRESS RJ, 2020, p.2), com o assistencialismo “não há garantia de cidadania, pois o acesso a condições plenas e dignas de vida dos cidadãos é conseguido através de favor, à espera de boa vontade e interesse de alguém” (CRESS RJ, 2020, p.2).

O Serviço Social ser reduzido, enquanto profissão a uma atuação meramente caritativa é até compreensível e isso se deve principalmente pelo surgimento da profissão no Brasil que está diretamente relacionada à Igreja Católica, já que é a partir dessa Instituição que nascem as primeiras escolas do Serviço Social e também é de lá que saem as pioneiras assistentes sociais que passam a ser profissionais requisitada na sociedade mediante a uma necessidade de responder os problemas sociais na época.

Segundo Aguiar (1995) o exercício profissional dos assistentes sociais em suma se resume a crença popular de fazer caridade aos mais pobres, através de profissionais estereotipados, que tem na figura da mulher a principal representante da profissão, sem contar que a mesma é vista como uma pessoa prestativa, bondosa e lhe é atribuído uma vocação para exercer a profissão, desassociando muitas vezes a uma formação acadêmica que é pautado em um conhecimento teórico-metodológico que dá embasamento para refletir a realidade social e concreta dos indivíduos .

Nesse sentido, trazer o significado correto desses termos é de fundamental importância para a construção de um novo olhar sobre a profissão, que rompeu

com o conservadorismo tradicional que norteava a sua prática profissional e sua teorização e que busca a efetivação dos direitos sociais da população, profissionais que enxergam os usuários, acima de tudo como sujeitos de direito. Os assistentes sociais são, portanto, profissionais comprometidos com uma intervenção debruçada em valores éticos e documentos que os legitimam enquanto categoria profissional.

Até porque, o assistente social é o profissional (a) que tem graduação em Serviço Social e precisa estar registrado no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) que é definida como:

autarquia com personalidade jurídica de direito público vinculado ao CFESS, com autonomia administrativa e financeira e jurisdição estadual, conforme a lei 8.662/93 que tem como atribuições, dentre outras: organizar e manter o registro profissional dos assistentes sociais; fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de serviço social; Zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunal Regional de Ética Profissional e aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional (CRESS RJ,2020).

Profissão regulamentada pela lei 8.662/93, a categoria ainda possui um Código de Ética de 93 que estabelece os deveres e as ações para o fazer profissional a partir da defesa de princípios fundamentais que vão nortear a prática no cotidiano da profissão, vejamos alguns, conforme o Código de Ética de 93.

-Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes-autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

-Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

-Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

-Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

-Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminado, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Esses valores éticos darão direção ao agir profissional para se enfrentar todas as contradições que são postas à profissão, a partir de uma visão crítica e fundamentada tanto teoricamente quanto politicamente.

Para compreender melhor a gênese da profissão é necessário um resgate histórico sobre a natureza do Serviço Social a partir de perspectivas opostas entre si.

1.2 A Gênese do Serviço Social

Sabe-se que a natureza do Serviço Social tem sido debatido ao longo da sua trajetória por muitos teóricos que pesquisam sua gênese como mostra Montão (2007): Herman Kruse, Balbina Ottoni Vieira, José Lucena Dantas, Marilda Villela lamamoto, Vicente de Paula Faleiros, José Paulo Netto entre outros.

Segundo Montão (2007), não há unanimidade entre eles e nem dentro da categoria profissional sobre a sua natureza, pois como todo campo do saber existe contradições e discordâncias que levam em conta a realidade da qual esses e outros autores estão inseridos, partindo sempre de determinações objetivas e subjetivas dos mesmos, vejamos:

É que estes pensadores se diferenciam em relação ao vínculo a determinada classe social, suas convicções e filiações políticas, aos seus referentes teóricos, a sua ideologia e, portanto, aos seus projetos profissionais; quer dizer se confrontam em questões que dizem respeito às concepções e posicionamentos face à realidade social (MONTÃO, 2007, p.26).

Para Montão (2007), esses autores defendem duas teses distintas e antagônicas entre si da qual denominou :a endogenista e a histórica-crítica, vejamos a seguir: A perspectiva endogenista vai se dar a partir da “evolução, organização profissionalização das formas “anteriores” de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção da “questão social”, (MONTÃO, 2007, p.19-20).

Essa tese, portanto, é vista a partir de si mesma, não se considera a história da sociedade e o seu desenvolvimento, excluindo fatores como a luta de classes e as lutas sociais como resultado para sua gênese.

Os contextos sociais, econômicos e políticos não são levados em conta, há uma clara separação entre os acontecimentos, como se os processos na sociedade não influenciassem ou desce as bases para a construção da profissão, é como se o Serviço Social e a sua relação com a sociedade fosse obra das circunstâncias.

Não há perspectiva crítica sobre a história da profissão e sim a naturalização da mesma, neste sentido é caracterizada como uma escolha pessoal.

Essa tese tem, por um lado, uma clara visão particularista ou focalista, na medida em que vê o surgimento do Serviço Social diretamente vinculado às opções particulares, mesmo que pessoais ou coletivas, dos sujeitos "filantropo-profissionais", em fazer evoluir (sistematizar, organizar, profissionalizar) as ações que já desenvolvia de forma assistemática, desorganizada e voluntariamente. O surgimento da profissão é visto como uma opção pessoal [...] (MONTÃO, 2007, p. 27).

A outra tese histórico-crítica entende o surgimento da profissão como:

Um produto da síntese dos projetos políticos-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas da "questão social (MONTÃO, 2007, p.30).

Tese essa da qual Marilda Iamamoto (2006) vai afirmar que o papel do assistente social na sociedade é político, portanto não é resultado do seu próprio desenvolvimento profissional que foi de organização e evolução da filantropia, ela não se explica por si só, mas sim pela divisão sociotécnica do trabalho, seu significado social nessa sociedade é de ser um Serviço Social que cumpre:

[...] tem um papel a cumprir dentro da ordem social e econômica— como uma engrenagem da divisão sociotécnica do trabalho—, na prestação de serviços: ao assistente social lhe é demandado (e para isso foi criada a profissão) participar na reprodução tanto da força de trabalho, das relações sociais, quanto da ideologia dominante (MONTÃO, 2007, p.31).

Com base em Marilda Iamamoto (2006) essa reprodução não se dá só na esfera das das relações sociais materiais como a de força de trabalho e dos meios de produção, mas também na reprodução da produção espiritual, vejamos:

[...] cabe reafirmar que a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução viva da força de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matérias primas). A noção da reprodução engloba-os, enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas também os ultrapassa. Não se trata apenas de reprodução material no seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se a reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade envolvendo, também, a reprodução espiritual, isto é das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se tornam consciência

das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção (IAMAMOTO, 1991,p.72).

O surgimento do Serviço Social enquanto profissão para lamamoto (1991) ocorre como produto histórico das relações sociais que se engendram na sociedade do modo de produção capitalista, logo seu significado, seu fazer profissional depende da dinâmica das relações entre as classes dominantes, as subalternas e o Estado, bem como o Estado para com elas.

Compartilhando do mesmo fundamento teórico e complementando,a emergência do Serviço Social como profissão vai se dá “na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teóricos-culturais [...] que se instaura o espaço histórico social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão”(NETTO,2011,p.69).

Responder o surgimento da profissão como vimos, nunca será hegemônico, vai depender de diversos fatores como analisa Montão (2007), desde concepções teóricas-metodológicas, política-ideológicas, filosóficas entre outras da qual o pesquisador se identifica e em que direção política ele busca a sua intervenção profissional, mais um aspecto que é consenso entre todos é que a Igreja Católica teve um papel central na criação das primeiras escolas e na formação de alunado de Serviço Social no Brasil, logo a tese endogenista é aquela que o senso comum remete fazer caridade e a filantropia como um elemento fundamental para alguém que queira se tornar assistente social e acaba desconhecendo a historicidade da mesma.

Por isso, analisar a Igreja Católica no século XIX e como está entendia a questão social e sua relação com o Serviço Social brasileiro, trará mais elementos para uma melhor compreensão acerca da sua gênese.

1.3 A Igreja Católica do século XIX e a Questão Social

Para a Igreja Católica do século XIX a questão social era vista segundo Aguiar (1995) como resultado de uma decadência moral dos homens e dos costumes cristãos que não estavam sendo praticados, sua posição frente a isso vai se dá através de documentos eclesiásticos em uma conjuntura onde a Europa do século XIX estava vivenciado a industrialização e o desenvolvimento do capitalismo, a classe trabalhadora nesse momento já começava a vivenciar as desigualdades

sociais, a questão social passa então, a ter visibilidade para a própria Igreja, vejamos:

No século XIX, na Europa os operários viviam em grau extremo, a miséria e a exploração decorrentes da industrialização e desenvolvimento do capitalismo. Essa situação dá uma grande dimensão à questão social, levando a Igreja a se posicionar. (AGUIAR, 1995, p. 17)

A Igreja diante desse cenário vai se posicionar e vai colocar que esses problemas sociais, o empobrecimento vividos pelos operários não é uma questão só moral, mas é pelo fato deles terem abandonado os preceitos divinos e também no surgimento do liberalismo e socialismo, diante de tal posição a Igreja vai propor sua ajuda e isso se dá através da sua missão que é levar o homem mais perto de Deus, esta entendida como:

[...]encaminhar o homem à conquista da felicidade eterna— ela intervém na situação que é de desordem e que impede as pessoas de cumprir sua tarefa de dar glória a Deus, dadas as condições que viviam (AGUIAR, 1995, p. 17)

Segundo Aguiar (1995) a Igreja da Europa vai sugerir que para enfrentar a questão social é preciso utilizar-se da doutrina religiosa que será por meio das encíclicas papais, a onde a mesma chama atenção de todas as Igrejas Católicas espalhadas pelo mundo para os problemas vividos da classe operária e é através deste documento que o papa Leão XIII pede a intervenção do Estado. Com a seguinte orientação:

E preconiza a intervenção do Estado como solução para o problema operário. Afirma o papa: “Assim, como, pois por todos os meios, o Estado pode tornar-se útil às outras classes, assim também, pode melhorar muitíssimo a sorte da classe operária, e isto em todo rigor do seu direito, e sem ter a temer a censura de ingerências; porque, em virtude mesmo do seu ofício, o Estado deve servir o interesse comum (AGUIAR, 1995, p. 18) .

A primeira vista parece que a Igreja não se posiciona ideologicamente, mas logo essa percepção se desfaz como na encíclica escrita também pelo papa Leão XIII quando se opõem ao socialismo ele vai escrever:

[...] que deve existir é a concordância das classes e não a luta entre elas. Diz a sua Santidade: O princípio primeiro e pôr em evidência, é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição; é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível” (AGUIAR, 1995, p. 18)

E mais

O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas nata uma da outra, como se a natureza tivesse armados os ricos e os

pobres para se combater naturalmente num duelo obstinado". (AGUIAR,1995,p.18).

Apesar da Igreja se posicionar frente às condições do proletariado, ela não vai tocar no cerne da questão que leva justamente a esses problemas, portanto nas suas bases fundamentais, observemos: "Trata-se de reconstruir, pois as bases fundamentais da sociedade não eram questionadas, haja vista todas as diretivas de obediência à autoridade e todas as afirmações referentes à harmonia entre as classes" (AGUIAR,1995,p.19)

A mudança que a Igreja vai propôr na sociedade deveria partir dos próprios homens que a compõem, especialmente pelos cristão pertencentes à classe trabalhadora que deveriam restaurar os costumes e assim promover a recristianização da sociedade, a Igreja ainda vai condenar o individualismo gerado pelo liberalismo e o crescimento do comunismo.

Os católicos da Europa acatam as orientações papais e vão se organizar com o objetivo de lutar pelos problemas que a classe operária vinha enfrentando e assim reconstruir a sociedade e a partir disso que se forma dentro da Igreja uma ação voltada para a organização da classe operária, esta que se espalhou por vários países da Europa desencadeando assim nas Semanas Sociais que originou um movimento denominado Ação Católica que tinha por objetivo :

[...] a divulgação da doutrina da Igreja em vista a reforma social . Com relação a isso, ouçamos Pio X : " Veneráveis irmãos , o caráter,o objeto e as condições da Ação Católica, considerada em sua parte mais importante, qual é a solução da questão social, digna de que a ela todas as forças católicas se congreguem com denodo e constância grandísimos". [...] cabe a ação católica fazer com a propaganda oral e escrita, larga difusão dos princípios fundamentais que sirvam para a constituição duma ordem social cristã, de acordo com os documentos pontifícios (AGUIAR,1995,p.20).

Esse é um momento em que a Igreja tinha perdido sua dominação, a onde sempre teve como a única que detém a verdade absoluta é inquestionável sobre as questões ligadas à existência humana onde o pensamento teocêntrico tem em Deus as respostas para todas coisas, inclusive as desigualdades entre os homens.

Com a evolução das forças produtivas essa hegemonia de controlar as mentes pelo viés religioso dá lugar ao antropocentrismo, onde o homem passa por

meio das ciências sociais a ser o centro e a única fonte de conhecimento, para Aguiar (1995) logo o conhecimento que vem da Igreja passa a ser secularizado.

Por isso a Igreja vai usar dos problemas sociais da classe operária para retomar sua hegemonia na sociedade.

A preocupação da Igreja era “na perspectiva de uma reforma da sociedade (retorno da Idade Média) dada a decadência da moral e dos costumes, produzida pelo liberalismo e comunismo”(AGUIAR,1995,p.20).

A reforma social que se preconizava era para além dos muros da Igreja Católica da Europa, logo todas as outras Igrejas deveriam ir na mesma direção determinada pelos papas Leão XIII e Pio X e diante disso o episcopado no Brasil também demonstra a sua preocupação de restaurar a sociedade cristã e a recristianização. Essa recristianização vai acontecer no país através do bispo Dom Leme que vai exercer uma forte capacidade de liderança, que posteriormente terá um papel fundamental na organização da Igreja Católica e também pelo fato de ele ter uma atuação com o governo civil, características essas importantes que vão legitimar a sua atuação. Dom Leme vai pontuar algumas preocupações para que essa transformação social aconteça na sociedade como: a formação do laicato, a conquista de intelectuais e a criação de uma Universidade Católica no RJ e uma aproximação com o governo.

Em suas palavras essa aproximação era necessária como: “uma estratégia, pois desde a proclamação da República há separação entre Igreja e Estado” (AGUIAR,1995,p.21) e assim Dom Leme deu início a um plano de ação que expôs em uma carta na qual relatou todos os problemas da Igreja Católica com os seguintes dizeres:

a ignorância e acomodação por parte dos católicos, a ausência da religião nas instituições, a ignorância religiosa dos intelectuais brasileiros, a falta de organização temática das homilias e outros pontos” (AGUIAR,1995,p.21).

Diante dessas observações, a formação do laicato vai acontecer no interior da própria Igreja a partir da Confederação Católica, onde D. Leme tinha o intuito de coordenar e disciplinar o apostolado da Igreja, a Confederação era vista como:

[...] a promessa de uma solução de um problema vital: a transformação dos nossos católicos, sinceros mas inoperantes, num exército conquistador, que sob as ordens da hierarquia, se lançasse ao combate pelo reino de Cristo.

No momento inicial a preocupação estará concentrada na formação dos chefes.(AGUIAR,1995,p.21-22)

A Confederação Católica segundo Aguiar (1995) cresceu muito e ao completar 5 anos de existência, houve uma comemoração a onde resultou na Semana de Ação Católica, que tinha a princípio duas preocupações: a da formação e a revisão de trabalhos. Uma outra preocupação vai surge para Dom Leme, vejamos:

Essa realização teve, no primeiro momento a preocupação de formação e revisão dos trabalhos, e num segundo momento, colocações sobre a Ação Católica a onde Dom Leme a define com Pio X, como a “co-participação” do laicato no apostolado sacerdotal pelo reinado de Jesus Cristo”. E também nesta semana mostra que para reformar a sociedade é preciso ser santo(AGUIAR, 1995, p. 22)

Além, da Confederação Católica a Igreja tinha várias outras ações, uma delas a juventude feminina que organizou um curso para que Mademoiselle Cristina de Hemptinne uma de suas representantes e professora, pudesse ministrar as aulas que falavam sobre a Doutrina Social da Igreja e sobre a Ação Católica.

A unificação desses movimentos dentro da Igreja vai trazer uma ação concreta na sociedade e por isso Pio XI vai exigir, portanto a criação oficial da Ação Católica que acontecerá no ano de 1935, cujo objetivo será:

[...] formar o laicato catolico para colaborar na missão sublime da Igreja-salvar as almas pela cristianização, dos indivíduos, da Família e da Sociedade. Formar consciências “ primorosamente cristã”, diz Pio XI “ é o primeiro esforço da Ação Católica que antes de mais nada é educativa”. A preocupação da formação da Ação Católica centrar-se-á nas elites. Na medida em que estas estiverem preparadas,serão capazes de influenciar na vida social . A reforma da sociedade virá através das elites, logo de cima para baixo. As elites devem cristianizar o povo(AGUIAR,1995,p.23)

A ação católica vai se aproximar dos intelectuais para essa transformação social, esta junção vai trazer na Igreja um novo laicato, portanto mais intelectualizado e preparado e nesse cenário que a Igreja vai se aproximar do Estado para cumprir aquilo que ela chama de missão já citada anteriormente.

As primeiras escolas de Serviço Social vão aparecer em decorrência dessa ação católica que promovia os cursos e as semanas sociais. A pioneira é o CEAS -Centro de Estudos e Ação Social que ficava na cidade de São Paulo foi criada no ano de 1936 e no ano posterior a primeira escola no Rio de Janeiro.

O surgimento do Serviço Social para Aguiar(1995) está ligada a Igreja Católica, porque a atuação profissional vai se submeter a sua ideologia, logo o entendimento sobre o “homem” se dará na filosofia neotomista, é portanto o que norteia a sua prática, teoria e formação.

O Serviço Social nasce ligado à atuação da Igreja Católica, a serviço da sua ideologia. Além da ligação de sua prática, há ligação do ponto de vista teórico. Toda visão de homem se dará sob os quadros católicos, tendo como sustentação filosófica o neotomismo. Dada essa postura, teremos um tipo de formação marcadamente clara e definida(AGUIAR,1995,p.31).

A ideologia doutrinária da Igreja Católica nesse período era de reconstrução da sociedade com bases cristã, retomando o pensamento de que nesse período os católicos “respondendo aos apelos dos papas engajam-se na ação social de reconstruir a sociedade em bases cristã” (AGUIAR,1995, p.31). Os católicos se colocam contra o liberalismo e o comunismo de acordo com o posicionamento da Igreja e com isso eles pretendiam:

uma nova ordem, onde a família, o Estado, a Economia, a política e os costumes tenham por base o evangelho e que a sociedade seja organizada em bases corporativas. Porém não se falava em reforma radical, pois a autoridade é intocável (AGUIAR,1995, p.31).

O Serviço Social para realizar a tarefa de restaurar a ordem cristã não poderia ter uma postura neutra a formação e portanto sua postura não era camuflada “ ao contrário, encontra formas pedagógicas e técnicas de fazer com que a ideologia assumida seja comunicada aos alunos”(AGUIAR,1995, p.32). O corpo docente deveria ser formado por católicos praticantes, piedosos e competentes que assumissem a doutrina social da Igreja.

As escolas de Serviço Social nessa época que não tinham uma orientação católica foi tema de debate da União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS) entendida como:

É um organismo que se pauta pela doutrina da Igreja.É ele que dará nessa época as perspectivas do Serviço Social católico. Fundado em 1925. Em 1949, realizou-se em São Paulo uma Sessão Internacional de Estudos promovida pelo Secretário Latino-americano da UCISS. Nessa sessão são reafirmados todos os princípios que até então orientavam a formação do Assistente Social no Brasil e na América Latina(AGUIAR,1995, p.31).

Ficou acertado na sessão que os professores católicos deveriam segundo Aguiar (1995) penetrar nessas escolas. O referido autor vai mencionar Aylda Faria

que escreveu um artigo intitulado “Escola de serviço Social” onde aponta que para se cursar Serviço Social nessa época as escolas deveriam levar em conta alguns aspectos como: a formação científica, técnica, prática e pessoal .

Ainda tinha o círculo de estudo e a orientação individual que consistia respectivamente em reuniões entre os alunos e os orientadores do curso e o contato pessoal entre o aluno e o encarregado da formação.

Posto isso, o surgimento da profissão no Brasil vai se dar a partir da sua vinculação com a Igreja Católica e em especial no movimento da ação católica que segundo lamamoto (2006) vai dar um tipo de legitimidade a profissão, cuja a base ideológica encontra-se na Doutrina Social da Igreja, trazendo assim a profissão um caráter missionário.

Como já vimos, a natureza do Serviço Social vai se dar a partir de duas perspectivas: a endogenista que vai explicar a profissão e sua forte ligação com a Igreja Católica e o papel importante que teve na formação dos primeiros profissionais, para lamamoto (2006) profissão essa como produto da história, a onde os sujeitos estão o tempo todo movimentando a história da sociedade e ao mesmo tempo são mudados por essa mesma sociedade que é dinâmica e dialética, e limitar a natureza da profissão sem a historicizar é um erro de análise, ela ainda vai trazer que enquanto profissão vai se dá no modo de produção capitalista, na sua fase monopolista, a mesma está escrita na divisão social do trabalho, sua atuação vai incidir nas relações sociais próprias desse sistema, junto a classe burguesa reproduzindo-a ideologicamente tanto na sua difusão e controle social, junto a classe trabalhadora sua contribuição vai se da seguinte forma:

Assim, contribui como um dos mecanismos institucionais, mobilizados pela burguesia e inserido no aparato burocrático do Estado das empresas e outras entidades privadas, na criação de bases políticas que legitimam o exercício do poder de classe, contrapondo-se às iniciativas autônomas de organização e representação dos trabalhadores. Intervém, ainda, na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho, através da mediação dos serviços sociais, previstos e regulados pela política social do Estado, que constituem suporte material de uma ação de cunho “educativo”, exercidos por esses agentes profissionais. (IAMAMOTO, 2006, p.94).

Para lamamoto (2006) o Serviço Social é uma profissão que tem uma função social dentro do sistema capitalista, é um tipo de especialização do trabalho coletivo, profissão essa que surge em um contexto a partir do desenvolvimento industrial e a

sua expansão, o que acarreta no aparecimento de classes sociais como o proletariado e a burguesia atores esses que vão compartilhar o poder do Estado.

No final do século XX o país passava por uma profunda transformação em decorrência da industrialização e urbanização que trouxeram dois cenários antagônicos: crescimento econômico e o aprofundamento das desigualdades sociais.

No tocante a isso o Estado cria espaços de trabalho e tem na figura dos assistentes sociais o profissional para o enfrentamento das expressões da questão social, entendida como:

O conjunto das expressões da desigualdade da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto apropriação dos seus frutos mantém-se privada” (IAMAMOTO,2005,p.27).

A questão social vai aparecer justamente pelo aprofundamento e modificações próprias do capital em face a novas formas de se obter a mais valia o que fundamentará o trabalho do assistente social, vejamos:

E nesse contexto, em que se reafirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, emerge sob as novas formas a chamada "questão social", a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado. A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade,exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado (IAMAMOTO,2006,p.77).

Ainda em lamamoto (2006) a questão social vai surgir dentro do modo de produção capitalista a onde a classe trabalhadora precisa vender sua força de trabalho para se manter viva da qual é submetida a uma intensa exploração pelo capital, representados pela classe burguesa que é a que detém os meios de produção.

Exploração essa que vai afetar sua capacidade vital desencadeando assim uma guerra civil com a burguesia e o proletariado, que vai lutar para permanecer vivo. A luta que a classe trabalhadora vai travar será uma defesa contra a dominação e essa aparecerá como veremos:

[...] em determinado momento,para o restante da sociedade burguesa, como uma ameaça aos seus mais sagrados valores, a moral, a religião e a ordem pública. Impõe-se, a partir daí, a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. A compra e venda dessa mercadoria

especial sai da pura esfera mercantil pela imposição de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado (IAMAMOTO,2006,p.126).

Com as transformações na sociedade em virtude da consolidação do capitalismo as expressões da questão social vão aparecer principalmente no modo de vida da classe trabalhadora obrigando o Estado, a classe burguesa e a Igreja a se posicionarem. As leis sociais vão aparecer como resposta a classe trabalhadora que se organizara em movimentos sociais em busca de uma cidadania social.

Essas leis “marcam o descolamento da “questão social “ de um segundo plano da história social para progressivamente colocá-la no centro das contradições que atravessam a sociedade”, (IAMAMOTO,2006,p.126).

Portanto, o Serviço Social vai surgir em meio às modificações na sociedade capitalista onde a questão social passará a ser um problema para o Estado, a burguesia e a Igreja que será seu braço, a instituição será responsável é o celeiro na formação dos futuros assistentes sociais para atuarem nos problemas sociais oriundo das contradições desse sistema.

Neste sentido, os primeiros assistentes sociais terão uma atuação pautada tanto teoricamente, quanto na sua prática profissional nos valores cristãos, tendo como filosofia os preceitos do neotomismo, uma formação doutrinária e moral, sem o ensino de uma ideologia.

O aluno tinha que ter vocação, devotamento religioso, o exercício profissional tinha na ação benevolente, caritativa e filantrópica um modelo que buscava a perfeição dos sujeitos, porque somos feitos à imagem e semelhança de Deus, a parte técnica não era levado em conta o que só foi acontecer com a influência do Serviço Social norte americano.

Entre as décadas de 1940 e 50 o Serviço Social vai ter uma forte influência de técnicas norte americana, baseado no tecnicismo a onde passa a incorporar uma atuação mecânica, respeitando protocolos e o positivismo.

Mesmo com a incorporação dessa nova técnica a profissão não vai deixar o viés doutrinário

A presença norte-americana se fará através de técnicas para o agir profissional, técnicas essas que terão como pressuposto teórico o funcionalismo. Na segunda metade da década de 40 e no início do 50, constatamos a presença da filosofia tomista aliada às técnicas norte americanas (AGUIAR,1995.p.57).

O Serviço Social terá uma atuação bem limitada de acordo com Aguiar(1995), a onde se restringem no atendimento individual a partir de um entendimento de sociedade que vai caracterizar os sujeitos em situação de pobreza, como uma pessoa fraca, desajustada e incapaz, e que portanto precisa de ajuda. Será utilizado como metodologia estudo de caso, grupo ou comunidade, como maneiras de implementar a intervenção social, a pobreza não está relacionada com as formas de organização social, ainda que nessa época os assistentes sociais assumam que as leis de amparo social existentes trará de certa forma respostas a pobreza, mesmo que esta não responda outras questões observadas como: a falta de educação, desvios morais da população, pois a estas atribuem que é por causa da sua própria incapacidade de prover sua subsistência, é uma questão moral.

Após um longo período reproduzindo esse Serviço Social que marcou a categoria tanto no que se refere à prática profissional quanto no seu aspecto teórico nas suas primeiras décadas aqui no Brasil, sofrerá mudanças posta pelo novo regime, a seguir

1.4 Serviço Social:mudanças na formação e prática profissional na ditadura militar

Na década de 60 o Brasil atravessava um dos momentos mais difíceis da sua história, onde foi implementado o que chama o autor Zé Paulo Netto (2005) de autocracia burguesa, ou em termos mais conhecidos golpe militar de 64, cuja sociedade brasileira vai ser marcada por acontecimentos que vão rebater em todas as esferas da sociedade social, período esse, cujo contexto é caracterizado por mudanças na economia com a entrada do capital internacional no país, um forte crescimento econômico o chamado "milagre econômico" no social a criação das macropolíticas ou políticas sociais no que se refere à política tais mudanças vai se dá principalmente no controle dos sindicatos, repressão aos movimentos sociais, cassação aos direitos políticos de opositores ao regime.

Mas que no final da década de 70 começa a aparecer o desgaste desse sistema ditatorial, uma crise de recessão a onde não se conseguia mais criar medidas econômicas e políticas, o esgotamento daquilo que é uma possibilidade de responder às demandas da sociedade que era no que cerne a sua existencia e

sobrevivência e também o período que começa a se vislumbrar uma possibilidade de reabertura democrática no país.

Período em que a classe trabalhadora começa a se rearticular frente às promessas de desenvolvimento para o país que era dito no início do golpe militar, mas que acabou sumcumbindo, formando assim os movimentos sociais que reivindicavam melhores condições de vida, observamos: “promovia realinhamentos políticos de importância, inclusive em suas hostes, potenciados por um fator novo: a reinserção da classe operária a partir das greves do ABC paulista na cena política,” (Netto,2005.p.42).

O Estado ditatorial controlava todas as esferas da vida social, inclusive a cultura, este não estava preocupado em produzir cultura, logo toda a produção social nessa época era feita pela Sociedade Civil, a única forma de intervenção era por esse mecanismo, como mostra:

A intervenção imediata do Estado se dá no circuito da difusão dos produtos culturais ;neste domínio é que a política cultural se instrumentaliza, diretamente mediante aos mecanismos mais variados repressão, censura, divulgação, segmentos seletivo (NETTO,2005,p.46)

Esse Estado tinha como objetivo principal um projeto de modernização para o país e este chega também no âmbito da educação.

Assim sendo, estava posto aquilo que era orientação para a política educacional.

As primeiras diretrizes formuladas(pela ditadura), norteadoras da futura política educacional, já foram fixadas no início no governo de Castelo Branco (...): o objetivo do seu governo seria restabelecer a ordem e a tranquilidade entre estudantes,operários e militares. Excluindo o campo do militares, podemos dizer que com a nova legislação, promulgada pelo novo governo militar,visa-se de fato criar um instrumento de controle e de disciplina sobre estudantes e operários”(FREITAG,1986,p.77-78 apud NETTO,2005, p.54-55)

Como aponta Netto (2005), a ditadura teve como objetivo o “enquadramento do processo institucional da educação,” mas que vai encontrar três obstáculos para que eles pudessem implementar seus objetivos: primeiro era o agravamento do sistema educacional.

Esses primeiros anos da ditadura havia uma expectativa de que principalmente a classe média pudesse ter uma ascensão social e isso acaba não

acontecendo; segundo que as incidências políticas e sociais em virtude do agravamento da crise que foi em decorrência dessa frustração da classe média esta que diga-se de passagem apoiou o golpe, vai deflagrar também essa crise dentro do sistema educacional e o terceiro problema que vai ser encontrado é o descompasso que fica muito evidente dentro desse sistema e os objetivos do regime. A procura pelo ensino superior vai se dá pela demanda social que se alterou dentro do regime, vejamos:

A alteração na estrutura da demanda social por educação institucional expressa-se significativamente a partir de meados dos anos cinquenta. Seus condicionamentos societários mais fortes provêm das exigências e implicações do padrão de desenvolvimento vinculado à industrialização pesada—de uma parte uma qualificação distinta para a força de trabalho e, doutra, as consequências da urbanização. No seu aspecto quantitativo, esta alteração se evidencia pela crescente magnitude dos contingentes que pressionam o sistema educacional e que tem um de seus picos (globais) precisamente na segunda metade da década de sessenta. A progressiva expansão da demanda global, entretanto, desde finais dos anos cinquenta e, muito especialmente, dos meados dos sessenta, em função da política econômico-financeira implementada em seguida do golpe, se acresce uma dimensão qualitativa inédita, realçada por Cunha, que inova na pressão sobre o sistema de ensino, nomeadamente no nível superior terminal—a universidade ganha, para as camadas médias urbanas(que incluem a pequena burguesia tradicional, sem a elas se reduzirem), a centralidade nas suas possibilidades de mobilidade ascendente(NETTO,2005,p.53)

A política de educação nesse contexto de ditadura vai sofrer uma repressão como analisa Netto (2005) que vai se dar no sentido de coerção visando medidas a onde trazia um ordenamento de funcionamento institucional limitado, mas que vai ter no movimento estudantil e operário as primeiras manifestações de contestação do regime.

Vai se desenhar portanto um quadro muito explícito, o esboço da contestação do regime sendo forjado a partir do ensino, das instâncias tanto no nível médio como superior. A educação agora é prioridade para a ditadura, porque tinham que coibir essas formas de resistências como demonstrado :

Assim foi o potencial catalisador do movimento estudantil no seio do bloco antiditatorial, explicitado notadamente no curso de 1967 e 1968, que colocou para o regime autocrático burguês, a questão educacional como prioritária (NETTO,2005,p.57)

Já que no primeiro momento não deram importância e a devida atenção agora com essas evidências de manifestações liderada pelos estudantes vai se tornar uma questão política.

Essa materialização do controle vai acontecer no desmonte da educação: primeiro com a destruição de instrumentos organizativos do corpo discente e a forte intimidação nos docentes.

Em virtude desse projeto de voltar ao enfrentamento da ditadura vai se estabelecer uma proposta de refuncionalização desse sistema.

Esse é um período que no aspecto econômico ta acontecendo no país uma abertura de capital internacional a onde a partir de uma aliança feita entre o Ministério da Educação com a agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento institucional aonde vai trazer uma série de contratos, convênios que vem no sentido de formular uma reforma universitária.

O sistema educacional vai se tornar o primeiro exemplo que a ditadura vai usar de trazer as mesmas orientações que havia na política e econômica.

[...] o regime autocratico bugues golpeia centralmente o conjunto de instituições do sistema educacional —e se o terrorismo chega primeiro na universidade, foi tanto pela cadência dos problemas ai existentes como pelo fato de por ela iniciar-se a compatibilização do sistema educacional ao “modelo economico”(alem, naturalmente, do efeito demonstração apto a exemplarizar todas as outras instituições do sistema)(NETTO, 2005, p. 60).

Vai se perceber um esvaziamento de toda aquela condição de criticidade que as universidades desenvolvem na produção de conhecimento de ponta, esses que são assuntos tão próprios do cenário universitário, vão acabar virando assuntos secundários diante de outras pautas que vão ser colocadas pelo regime.

A preocupação em termos de discursos vai aparecer no sentido de ampliar o acesso por volta de década de 60 principalmente das camadas mais pobres da população de ascender ao ensino superior público o que demandava uma ampliação de vagas que naquele momento o governo não gostaria de fazer investimento a onde era sempre como retórica de falar da ausência de recursos financeiros para a ampliação das vagas e por isso se justificava a abertura para o capital privado, onde podemos constatar .

Mas a política educacional da ditadura para o ensino superior não se submeteu à orientação dos interesses do grande capital apenas contendo o acesso à graduação e reduzindo a alocação de recursos públicos, liberados

para o investimento em áreas mais prioritárias para os monopólios: transformou pela primeira vez na história brasileira, o ensino superior num setor para investimentos capitalistas privados extremamente rentáveis — a educação superior, sob a autocracia burguesa, transformou-se num grande negócio (NETTO, 2005, p. 62)

O ensino superior não estava sendo mais visto numa perspectiva da formação com qualidade.

O desinvestimento que está ocorrendo no ensino vai justificar a ampliação das vagas no ensino privado. Sendo que na área privada vai estar acontecendo uma espécie de modulação de acesso a ensinos de determinadas qualidades, o ensino se torna produto quem paga mais tem mais qualidade, pagando menos, menos qualidade.

Isso acaba trazendo um problema muito sério que é qualificação de profissionais que são posteriormente lançados ao mercado de trabalho, o que causa uma desigualdade desses profissionais, pois os que são bem formados ocupam melhores postos de trabalho e os que conseguem ascender no ensino superior mas que não podem pagar tanto terá um acesso a determinado nível de qualidade.

As universidades nesse período vivenciaram o esfacelamento que vai caracterizar o esvaziamento de produzir quadros qualificados, formava-se uma mão de obra mais voltada para a racionalidade formal burocrática, o objetivo não era formar cidadãos pensantes e sim levar um padrão medíocre onde teria somente o domínio de técnicas de possibilidades de intervenção que faria com que aquele profissional fosse funcional a esse sistema, portanto não existia um ambiente para criticar a Sociedade e suas refrações, as universidades que sempre fizeram esse papel em promover o debate, ela faz com que se possa compreender os processos que a Sociedade está vivendo, mas neste momento não será permitido tamanha restrição de liberdade e coerção que vai haver nas universidades

[...] à política educacional da ditadura reside especialmente na neutralização [...] no esvaziamento da universidade. Sem condições de construir—em função do que historicamente representou para a sociedade brasileira —uma universidade ativamente legitimadora, o regime autocrático burguês teve seu sistema universitário (como de fato todo o sistema educacional) conformado num ensino superior asséptico, aptos a produzir quadros qualificados efeitos a racionalidade formal-burocrática. Em larga medida, o regime conseguiu o que pretendia: cortou com os laços vivos, tensos e contraditórios que prendem a universidade [...](NETTO, 2005, p. 65).

Então a mesma não consegue sair do seus muros, ela se fecha para se manter dentro daquilo que era a questão do ensino, pesquisa e a prática social vai ficar praticamente esvaziada, vai ser deixada de lado. Como mostra a seguir:

[...] na restrição do trabalho acadêmico, no limites da academia — ou seja, o curto circuito (instaurado originariamente por meios coativos), entre teoria, pesquisa e prática social— foi extremamente importante naquelas áreas universitárias cujo o objeto era reflexão teórica sobre o ser social (NETTO, 2005, p.66) .

Mesmo diante de tanta restrição a universidade vai fazer resistência ainda que de uma forma muito velada, dentro desse contexto irá fazer leitura de textos de Marx nas salas de aula, mas desde que não se colocasse em prática, poderia ser uma leitura feita por um sociólogo dentro da história da Sociologia, mas não uma orientação política ideológica.

No limite, tal neutralização era compatível, até com a existência de um “marxismo acadêmico”-desde, é claro que jejuno de prática social e preferencialmente, crítico do marxismo aplicado” Este “marxismo acadêmico”, limitado a fronteiras puramente intelectuais, potencialmente desempenhava funções de apologia indireta (NETTO, 2005, p.67).

Numa escala global a década de 60 segundo Netto (2005) vai viver uma efervescência de identidades, movimentos sociais, político, econômico em vários países, logo isso chega ao Brasil então todo esse tecido social que é extremamente efervescente de processos que estão acontecendo ao mesmo tempo, portanto é contestação por todos os lados, vindo por parte dos movimentos sociais, estudantes, operariado, movimentos esses que contestava o que estava acontecendo na família, no seu modelo enquanto família tradicional, o papel da mulher na Sociedade estas muito representadas pelo movimento feminista e o movimento negro.

Não é atoa que o Serviço Social nesse período vai buscar se reinventar. Aqui no Brasil a profissão era caracterizado como serviço social tradicional entendida como:

A prática empirista, reiterativa paliativa e burocratizada dos profissionais paramentadas por uma ética liberal burguesa e cuja teleologia consiste na correção desde de um ponto de vista funcionalista de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica

social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável (NETTO, 2005, p. 117-118).

A complexificação da questão social nessa década vai se tornar muito aparente em virtude da crescente urbanização e o acelerado crescimento populacional principalmente nas áreas urbanas e isso vai criar demandas por moradia, educação, saúde.

Isso acaba apontando que aquele Serviço Social tradicional das protoformas da profissão bebia de bases imperialistas, a formação era dada pautada nos dogmas religiosos e isso acabava trazendo limites porque não traziam ferramentas técnico-científico para que se pudesse atuar de uma forma efetiva diante desse cenário de pobreza que estava se intensificando.

Tinha-se nesse momento um perfil de profissionais como meros executores das políticas sociais, não tinham um olhar crítico para essa política na qual estavam inseridos de apontar suas fragilidade e limitações ,vejamos:

O serviço social tradicional atendia a duas necessidades distintas: a de preservar os traços mais subalternos do exercício profissional, de forma continuar contando com um firme extrato de executores de políticas sociais localizadas bastante dócil, e ao mesmo tempo de contrarrestar projeções profissionais potencialmente conflituosas com os meios e objetivos que estavam alocados às estruturas organizacional-institucionais em que se inseriam tradicionalmente os assistentes sociais (NETTO, 2005, p. 117-118).

Para Netto (2005) a profissão era isenta de conflituosidade, não tinha essa perspectiva de luta, de assegurar direitos da população. Características essas que vão trazer tanto para a prática como para alta representação da categoria todas as fragilidades na sua forma de atuação.

É um Serviço Social que vai se mostrar muito funcional, muito conectado com a lógica do governo que estava vigente de fazer com que o processo da modernização conservadora pudesse ser estabelecido no país.

Ao mesmo tempo que essa modernização conservadora tal qual a ditadura pregava trazia a inauguração de instituições que vão alocar os assistentes sociais que surgem no sentido de fazer com que a política do projeto ditatorial acontecesse ao mesmo tempo vai abarcar a profissão.

Esse Serviço Social vai se apresentar em dois contextos diferentes para atender a demanda social das instituições que nascem nesse período.

Donde a generalização do loci na estrutura sócio ocupacional a serem preenchidos por assistentes sociais (e não só) quer nos aparelhos burocráticos-administrativos do Estado quer no âmbito de setores diretamente geridos pelo capital (NETTO,2005,p.119).

A ação do Serviço Social como aponta Netto (2005), era voltada para o disciplinamento, fazia com que a população trabalhadora se vinculasse passivamente a aquele contexto da política ditatorial, a profissão vai ser tocada tanto no mercado de trabalho como na formação profissional em decorrência de todas orientações estipuladas naquela época .

O Estado ditatorial tinha um discurso de modernizar o país e também a ampliação das vagas para o ensino superior, sobretudo pela iniciativa privada, isso vai trazer uma diferenciação muito grande na formação da profissão .

Esse cenário que o Brasil viveu nos anos 60 e 70 vai trazer, segundo Netto (2005), ao Serviço Social nos 80 uma montanha russa onde ora se aproxima desse discurso modernizador, conservador, ora tenta encontrar outra via.

Essa crise ditatorial vai levar a profissão a uma busca por renovação, lembrando que o Serviço Social tinha uma intervenção até então tradicional hegemônica entre a categoria , mas que deveria ser superado diante de suas limitações que apresentava e que sobretudo, porque a profissão ganhou novos contornos o público já era diferente pois já estava atraindo um alunado da classe média e baixa da sociedade diferente lá das protoformas da profissão composta só por uma classe mais abastada e um outro fator que se diferencia é que se tinha aumentado muito os assistentes sociais que estavam disputando agora um projeto de sociedade, de ideologia, visão de mundo que pudesse trazer para dentro da profissão uma conexão com a nova realidade posta.

No entanto, essa “diferenciação” não consegue romper com alguns traços que sempre estiveram presentes dentro do Serviço Social. Esse período ditatorial se constitui de acordo com o autor :

Um dos vetores que responde, em grande medida, pela continuidade de práticas e (auto)representações profissionais que, prolonga-se nos dias atuais , mostram-se inteiramente defasadas em faces as requisições socioprofissionais postas pela dinâmica da sociedade brasileira”(NETTO,1995, p.118).

Era realmente um momento de ruptura porque de acordo com Netto (2005), as demandas que chegavam, fazia com que os profissionais procurasse alternativas, formas de contribuir com essa realidade social em decorrência dessa crise que culminou no alto índice inflacionário, uma demanda grande por serviços públicos no âmbito da educação, saúde e que as políticas sociais já não eram capazes de responder.

Logo, para os assistentes sociais que operam essas políticas o desafio estava posto. É preciso pensar que nas décadas 70, 80 fazer políticas sociais serem inauguradas, na verdade terminaram por trazer aquilo que para o Serviço Social se constituiu uma ampliação no que se refere ao mercado de trabalho.

Essa gama de profissionais que estavam sendo lançados no mercado de trabalho estavam buscando algo que pudesse ser um balizador teórico que encaminhasse sua prática metodológica.

O que se tinha era um perfil de profissionais que pudessem dar conta das demandas que estavam sendo posta nas instituições e que era atravessada pelo discurso da modernização de uma forma muito forte e que dava o contorno do projeto profissional dos assistentes sociais o que se tem é que a medida que a profissão ia ganhando espaço no mercado de trabalho ela buscava se consolidar teoricamente e metodologicamente, mais que acontecia na mesma direção que a lógica do mercado de trabalho que estava demandando:

A racionalidade burocrática-administrativa, com que a modernização conservadora rebateu nos espaços institucionais do exercício profissional passou a requisitar do assistente social uma postura ela mesma "moderna", no sentido da compatibilização do seu desempenho com normas, fluxos, rotinas e finalidades dimanantes daquela racionalidade"(NETTO,1995, p.123).

O Serviço Social não viveu só recrutamento dos profissionais para o mercado de trabalho, mas os estudantes que estavam ainda em formação passam a se conectar com a orientação que havia no discurso governista, fazendo com que essa força de trabalho que estava sendo preparada viesse no sentido de da legitimação da sua manutenção e isso vai trazer para os assistentes sociais uma vertente não crítica sobre a realidade, vejamos essa afirmação:

Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as

condições novas posta pelo quadro microscópico da autocracia burguesa faziam emergir um assistente social ele mesmo “moderno” -com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionalis”. Está claro que produzir este profissional “moderno” implicava numa profunda rotação nos mecanismos vigentes da formação dos assistentes sociais -e dela encarregou-se a política educacional da ditadura”(NETTO,1995,p.123-124).

Ainda dentro dessa busca de renovação a dois pontos que precisa ser destacada: “a diferenciação da categoria profissional em todos os seus níveis e a conseqüente disputa pela hegemonia do processo profissional em todas as suas instâncias (projeto de formação,paradigmas de intervenção,órgãos de representação e etc,” (NETTO,1995,p.128).

O processo de laicização que o Serviço Social vive vai trazer uma diferença na categoria uma disputa de projeto de um lado, profissionais que resistiam às mudanças a renovação e o outro os profissionais que buscam romper com Serviço Social tradicional, a mesma que tinha um forte traço religioso que começa a ser desmontado dentro da profissão o que vai trazer algumas características que a própria ditadura trouxe ao consolidar sua política social que será: a ampliação dos espaços de atuação dos assistentes sociais, tinha ainda uma política social que se abriu para ofertas de oportunidades de vagas principalmente pela iniciativa privada e o curso de Serviço Social está entre eles.

A ampliação vertiginosa do quadro dos assistentes sociais segundo Netto (2005), traz uma diferenciação no perfil profissional que era das pessoas mais abastadas economicamente, forte laço com a Igreja Católica, neste sentido começasse a ceder espaço para um novo perfil a onde a base religiosa já não é tão importante e o ingresso nos cursos de formação são das camadas médias e mais pobres da sociedade, o que traz uma contradição: porque se tinha mais gente se formando e se inserindo no mercado de trabalho que está se ampliando tanto pelas instituições públicas, mais muito pelas de iniciativa privada e as organizações filantrópicas que estão se organizando como possibilidade no enfrentamento da questão social que está se agudizando e a ineficácia das políticas sociais e econômicas que haviam sido traçada dentro do projeto nacional de modernização, todas essas características colaborou para a abertura do mercado de trabalho para a profissão.

Esse mercado de trabalho nacional para Netto (2007) se expande e traz para a profissão novas exigências na sua prática profissional tanto na esfera pública como na privada, os assistentes sociais tinham uma intervenção de meros executores das políticas sociais, mas agora passa a serem profissionais com interlocuções múltiplas e polifacetadas, burocráticos e passaram a tratar os usuários das políticas como clientela

Essa postura mais burocratizada da profissão exigirá uma modernidade, como veremos:

A racionalidade burocrático-administrativa, com que a modernização conservadora rebateu nos espaços institucionais do exercício profissional, passou a requisitar do assistente social uma postura ela mesma moderna, no sentido da compatibilização do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades dimanantes daquela racionalidade. A prática dos profissionais teve que se revestir de características – formais e processuais [...],(NETTO,2006,p.123).

E para que que acontecesse essa modernização, a formação profissional foi modificada, desvinculando-se a profissão as teorias confessionais e ao paroquialismo que são conforme aponta Netto (2006) suas bases constituídas na Igreja Católica e o aumento das agencias de ensino que posteriormente se tornaria os complexos universitários, cenário esse que propiciou a entrada do curso no âmbito universitário pois até esse momento a formação era dada em escolas ligadas a igreja e isoladas.

Isso causou impactos e contradições, analisemos;

De um lado, propiciou institucionalmente a interação de preocupações técnico-profissionais com as disciplinas vinculadas às ciências sociais; é então que a formação recebe de fato o fluxo da sociologia, da psicologia social e da antropologia. Simultaneamente contudo dada esta mesma característica registrou-se o largo flanco aberto na formação aos traços mais deletérios deste influxo – residentes no viés tecnocrático e asséptico das disciplinas sociais possíveis na universidade da ditadura (NETTO,2006,p.125-126).

E é nesse contexto que se dá às novas bases para a renovação do Serviço Social que significa :

O conjunto de características novas, que no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições (...), procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas

sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.(NETTO,2006,p.131).

“A renovação implica na construção de um pluralismo profissional, radicados nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem “ (NETTO,2006,p.131).

A construção dessa pluralidade profissional será representada por três perspectivas diferentes segundo Netto (2006) perspectiva modernizadora, perspectiva da reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura .

As duas primeiras perspectivas não rompem com o Serviço Social tradicional tanto na prática quanto na sua teoria, pelo contrário estas vão se adequar ao governo ditatorial e aperfeiçoar as práticas anteriores da profissão respectivamente, a única que busca romper totalmente é a terceira perspectiva a intenção de ruptura “que deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas; esta era em decorrência do seu projeto de romper substantivamente o tradicionalismo e suas implicações teorico-metodologicas e praticas-profissionais”(NETTO,2006,p.250).

Essa perspectiva terá uma vinculação direta com a universidade o que propiciou uma aproximação com outras fontes de conhecimentos para além das demandas institucionais. Como mostro a seguir :

No espaço universitário tornou-se possível a interação intelectual entre assistentes sociais que podiam se dedicar a pesquisa sem as demandas imediatas da prática profissional submetida às exigências e controle institucional-organizacionais e especialistas e investigadores de outras áreas;ali se tornaram possíveis experiências-piloto(através da extensão, com campos de estágio supervisionados por profissionais orientados pelos novos referenciais),(NETTO,2006,p.251) .

A metodologia, a teoria e a ideologia fundamentos constitutivos da profissão serão completamente modificados pelo referencial marxista que implicará na categoria uma outra direção política, passando a observar a realidade a partir do materialismo histórico. Profissão essa que passa a se perceber dentro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado, isto:“Implica pois, em compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformar-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve” (ABEPSS,1996,p.4).

E diante desse entendimento a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) no ano de 1995 aprovou uma proposta nova para o projeto de formação profissional onde só se materializou no ano de 96 contendo pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular que trará as dimensões constitutivas como elementos inseparáveis na observação da realidade “ A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta” (ABEPSS,1996,p.13).

Portanto, a dimensão técnico-operativa se torna uma importante ferramenta na formação, cabendo ao estágio o papel de mediador entre a teoria e a prática e reconhecendo a importância desta para a formação profissional. Como veremos adiante:

2 Estágio em Serviço Social: contribuições teórico-prática

O estágio em Serviço Social, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares de 1996 é um dos momentos aguardados com ansiedade pelos discentes do curso, pois é através da inserção nos campos sócio-ocupacionais, que as dimensões técnico-operativa, ético política e teórico metodológico, se tornam evidente no cotidiano da profissão.

O estágio tem um papel fundamental na formação profissional para os futuros assistentes sociais que tem na Lei nº 8.662/ 1993, a regulamentação para o exercício profissional, assim como no Código de Ética Profissional de 1993, conforme a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nº 273/93, a Resolução CFESS nº 533 de setembro de 2008, na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que elaborou as Diretrizes Curriculares de 1996 e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), entidades que representam a categoria através de regulamentações entendidas como:

[...] regulações que se apresentam como um instrumento político e normativos e estratégicos na luta pela qualidade na formação e no trabalho e em defesa da profissão, com vistas a formar profissionais que tenham comprometimento com a qualidade dos serviços prestados à população usuária, em consonância com o projeto Ético Político do Serviço Social (CFESS, entre 2011 e 2014, p.4)

Acima dessas entidades que respalda o fazer profissional e a formação em Serviço Social, tem a lei de estágio federal nº 11.788/2008 que regulamenta os estágios nos mais diferentes âmbitos da educação, incluindo o ensino superior em todo o território nacional que tem como definição segundo o capítulo I do artigo 1º

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho que visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular nas instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008)

Sendo assim, o estágio é parte integrante na formação de alunos, que constitui o projeto pedagógico de cursos, com a finalidade de trazer um aprendizado no que se refere às competências profissionais na preparação para o mercado de trabalho.

No Serviço Social o estágio supervisionado é obrigatório para concluir o curso de graduação e tem as condicionalidades para se começar essa etapa que deve ser precedida a partir do que consta nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS “do desdobramento das matérias e seus componentes curriculares”. Este documento define estágio supervisionado como:

Uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo supervisor e pelo profissional de campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com bases em planos de estágios elaborados em conjunto entre a Unidade de Ensino e Unidade de Campo de Estágio, tendo como referência a lei 8.662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período escolar (D.C, 1996, p. 19).

É no estágio para Menezes et al. (2021) que vai ocorrer a interação com as dinâmicas que se dão no mercado de trabalho, e isso produz mudanças a partir dele, é também no campo que se cria as bases da unidade teoria e prática, observamos:

O estágio interage com as dinâmicas do mercado de trabalho e suas transformações. A inserção no campo de estágio é um dos momentos na formação em que se revelam as bases fecundas da unidade entre teoria e

prática e que possibilita ao estudante uma formação crítica, reflexiva e propositiva (MENEZES et al; 2021,p.4).

A ABEPSS ciente da importância do estágio supervisionado construiu uma Política Nacional de Estágio (PNE) no ano de 2009 com a finalidade de criar um instrumento político e pedagógico na busca por uma formação crítica, de qualidade, vejamos:

O estágio se constitui um instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional nas diferentes expressões da questão social [...] (PNE,2011,p.11).

A formulação de uma política de estágio a nível nacional se deu em decorrência das fragilidades e sucateamento que o ensino superior vem sofrendo desde a ditadura militar, com a entrada da iniciativa privada como uma “alternativa” para abarcar a demanda de alunos interessados em cursar serviço social, em decorrência de uma conjuntura social, econômica e política, posta naquele momento, a partir disso a precarização só tem aumentado até os dias contemporâneos, inclusive com modalidades de ensino a distâncias os chamados (EAD), onde se discute a qualidade na formação, modalidade essa que mais negligencia o que consta nas Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social, a seguir:

[...] nos deparamos com a ampliação do EaD e suas implicações na qualidade da formação profissional do assistente social , notadamente na realização do estágio supervisionado curricular obrigatório, processo, no qual temos constatado descumprimento ao que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares [...],(PNE, 2010,p.3).

A partir de então, o estágio ganhou centralidade na formação profissional e a Política Nacional de Estágio (2010) vai defender um projeto de formação profissional e será um instrumento de luta contra a precarização do ensino superior.

Nesse sentido o estágio supervisionado não é só uma obrigação da grade curricular é parte de um projeto profissional essencial em que se busca a mediação entre teoria e prática, a onde o aluno observa todas as possibilidades e limitações do exercício profissional, por uma lado ele sofre numa conjuntura de desmonte do ensino a onde atinge diretamente sua formação e no outro com um processo de

contrarreforma que as políticas sociais vem sofrendo por parte do Estado de maneira contínua, este que se apresenta como um dos instrumentos para o enfrentamento das expressões da questão social.

O estágio ainda permite uma reflexão do exercício profissional para além das políticas públicas, pensar em métodos e técnicas que podem ser utilizadas com criatividade para que os usuários dos serviços públicos possam acessar os direitos sociais .

Essas percepções ficam mais claras no campo que propicia ainda, dimensionar a realidade das instituições e todas as relações de trabalho existentes.

Portanto, o estágio supervisionado é entendido como:

Um momento ímpar do processo ensino-aprendizagem elemento síntese da relação teoria-prática, da articulação entre pesquisa e intervenção profissão e que se consubstancia como exercício prático, mediante a inserção do aluno/a nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas (CFESS, entre 2011 e 2014, p.11).

2.1 Estágio em Serviço Social em tempos de pandemia: breves reflexões e desafios para a formação profissional.

Partindo de uma concepção que o campo de estágio é um espaço de conhecimento e aprendizado, onde o aluno desenvolve competências para o exercício profissional a partir da realidade que atravessa o cotidiano dos profissionais e da população, onde a indissociabilidade entre teoria e prática só se realiza efetivamente na inserção dos espaços sócio ocupacionais a não realização dessa etapa da formação de forma presencial, ocorrida em virtude da pandemia da covid 19 trouxe reflexões pertinentes quando se pensa numa formação de qualidade.

Esse processo se deu na modalidade remoto, portanto tornou-se um desafio para os discentes do curso de Serviço Social se apropriar das dimensões ético-política, teórico-metodológica técnico-operativa na sua totalidade e potencialidade o que acarretou numa certa insegurança para uma futura intervenção profissional.

Diante disso veremos neste capítulo em que contexto a instauração da pandemia de covid 19 e como a mesma interferiu numa etapa de formação que

compõem a grade curricular do ensino superior do curso de Serviço Social o estágio supervisionado obrigatório

No final 2019 o mundo se deparou com um vírus misterioso, denominado SARS- COV-2, vírus este que parecia uma gripe muito forte, apresentando sintomas parecidos como :febre, dores pelo corpo, mal estar, tosse, perda de paladar e olfato, sintomas que a depender variam de moderada a grave.

De acordo com (OPA, 2020) entre dezembro de 2019 a outubro de 2020 1,1 milhões de pessoas morreram, o que trouxe pânico a toda população global, esses dados ilustram bem a potência desse vírus que em pouco tempo em circulação, menos de um ano acabou ceifando muitas vidas.

Esse vírus se espalhou rapidamente pelos países, demonstrando a sua alta capacidade de contaminação, ao todo foram 43 milhões de pessoas até a data apresentada no período acima.

No primeiro momento ninguém sabia ao certo de onde tinha surgido, as primeiras notificações é que o vírus tenha vindo segundo publicação do Instituto Butantan (2021) da cidade de Wuhan, na China.

Os primeiros países a fazerem a notificação foram os da Europa e os Estados Unidos e de acordo com Raichelis (2021) na América Latina, o Brasil foi um dos pioneiros, a cidade de São Paulo registrou o caso número um do país.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), logo percebeu a gravidade e tratou de classificar como uma pandemia e que seria preciso tomar medidas para tentar frear os casos de proliferação que a cada dia cresciam, com milhares de novos contaminados relatados pelo mundo.

A OMS então, passou a fazer orientações para que todos os países pudessem seguir a fim de controlar a disseminação do vírus, tais orientações como: o distanciamento, social, uso de máscara e álcool, a lavagem das mãos com águas e sabão, e como último recurso aconselhou o lockdown e a quarentena.

*Assim, a quarentena ocorreu em várias nações assim como no Brasil a onde foi decretado Estado de calamidade pública de acordo com a **Lei art. 65 da Lei complementar n° 101, de 4 de maio de 2000. a ocorrência do estado de calamidade pública, no termos da solicitação do Presidente da República [...]** (Brasil,2020,p.1).*

Medida então que passou a ser adotada em todos os Estados e Municípios ficando a cargo de cada prefeito, governador definir o que era essencial para funcionar e o que não era, portanto foi inevitável o fechamento de vários setores da sociedade, como as instituições públicas, bancos, comércio, escolas, faculdades entre outros.

Os trabalhadores formais com carteira assinada e que tinham a possibilidade passaram a trabalhar em casa de forma online, no entanto isso não ocorreu com todos os trabalhadores muitos continuaram a trabalhar de forma presencial, os hospitais, mercados, farmácias continuam funcionando.

Essas paralisações se estenderam por meses, tendo em vista o crescente número de infectados ,assim não se via um horizonte para que tudo voltasse ao normal e diante de um cenário tão desanimador e duradouro as instituições precisaram se adequar para voltar e continuar com suas atividades vejamos:

Desde de 2020, o necessário isolamento e distanciamento físico fez com que os processos de trabalho fossem reorganizados, passando a ser largamente adotada a modalidade do teletrabalho, trabalho remoto, trabalho a distância ou ainda home office, com vistas à continuidade de diversas atividades laborativas. Nem tudo se resolveu nestes formatos, pois mantiveram-se atividades essenciais na modalidade presencial , conforme estabelecido na lei 13.979/2020 e decretos posteriores do poder executivo federal, e de outras determinações das autoridades sanitárias e de saúde nos estados e municípios brasileiros (CFESS, 2021,p.2).

E dentre ela as Universidades privadas e as públicas que precisaram repensar a forma como variam para retornar às aulas e as atividades acadêmicas, e a única maneira encontrada possível era através da modalidade de ensino remoto emergencial, já que dessa maneira o distanciamento social seria cumprido, portanto seria a medida mais eficaz.

Então ficou a cargo de cada instituição de ensino a elaboração de ações para o retorno das aulas online, a UFRJ lançou em 22 de julho de 2020 um guia contendo orientações a toda comunidade acadêmica onde as aulas ocorreriam de forma assíncrona e síncrona.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) logo lançou uma nota no mês de abril de 2020 trazendo o seu posicionamento

acerca do estágio levando em consideração o contexto da crise sanitária que estava ainda no seu início, vejamos:

“A ABEPSS se posicionou, diante da gravidade da pandemia instaurada, pela preservação da vida e da saúde de discentes, orientando que o estágio não pode ser considerado uma atividade essencial “ (MENEZES et al; 2021,p.2).

E mais

Reafirmou a necessidade do cumprimento das normas previstas na Resolução CFESS n 533/08, indicando que, no contexto de isolamento social, as dificuldades relativas à supervisão direta das atividades de estágio em Serviço Social inviabilizaram a sua realização com qualidade . Outro ponto importante foi a recomendação de que, apesar da suspensão das atividades de estágio supervisionado, os termos de convênio e as bolsas de estágio deveriam ser mantidos (MENEZES et al; 2021,p.2).

A ABEPSS foi a única instituição da categoria profissional a se manifestar sobre o estágio supervisionado no início da pandemia e de acordo com Menezes et al. (2021) só depois de um ano outra entidade representativa da categoria o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lançou um documento intitulado “SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM TEMPOS DE PANDEMIA. Reflexão e orientações políticas-normativas”, “estão contidas neste material importantes orientações para a construção da política de estágio e da inserção no estágio durante o período da pandemia,em especial, as relativas à supervisão direta” (MENEZES et al; 2021,p.3).

E diante dos posicionamentos político e pedagógico das entidades representativas da categoria a Escola de Serviço Social da UFRJ também se posicionou em concordância sobre a suspensão do estágio supervisionado obrigatório.

Neste sentido, e diante das poucas publicações sobre esse importante assunto, fez-se necessário analisar os desafios da covid 19 no estágio supervisionado durante a pandemia já que foi inevitável pensar seus reatamento na qualidade da formação dos discentes nesses tempos, trazendo a reflexão de uma aluna que cursou o estágio na pandemia do covid 19 e pontuando algumas dificuldades que se observou para a realização do estágio remoto.

O estágio obrigatório se desenvolveu no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho tanto na modalidade presencial, como na modalidade remoto, a inserção

nesse espaço se deu por um processo seletivo através de uma prova escrita e entrevista oral, com a assistente social responsável pela coordenação de estágio e residência multiprofissional da equipe de serviço social do hospital.

O hospital é “uma referência no tratamento de diversas patologias de alta complexidade, além de realizar procedimentos inéditos e estudos pioneiros em parceria com entidades nacionais e internacionais” (HUCFF,UFRJ).

Ainda se destaca por ser “centro de excelência em ensino, pesquisa e extensão”. Braço assistencial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O HUCFF é vinculado ao Ministério da Educação e ao Sistema Único de Saúde (SUS)” (HUCFF,UFRJ).

O estágio obrigatório presencial ocorreu no primeiro e o segundo semestre de 2019, um ano antes da pandemia, portanto a vivência dessa experiência se deu em conformidade com os princípios defendido pela PNE (2008), como veremos a seguir :

A articulação entre a formação e o exercício profissional,

[...] A articulação entre formação e o exercício profissional expressa e potencializada por meio da interlocução entre estudantes, professores (as) e assistentes sociais dos campos de estágio. Possibilita, portanto, a identificação e análise das demandas, desafios e respostas mobilizadas no cotidiano de trabalho dos (as) assistentes sociais e fomenta a construção/ socialização de conhecimentos e reflexões, bem como o desenvolvimento de competências profissionais (PNE, 2008, p. 13).

Bem como em outro princípio o da interdisciplinaridade:

[...] o estágio supervisionado se efetiva por meio da inter-relação das diversas áreas de conhecimento trabalhadas ao longo da formação profissional, bem como a vivência, no espaço-sócio-institucional compartilhadas com diferentes categorias profissionais, num mesmo processo coletivo de trabalho (PNE, 2008, p. 13-14),

E da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, “uma vez que ao se efetivar, nos diversos espaços de intervenção profissional, o estágio possibilita a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva de totalidade”(PNE, 2008, p. 14).

Fazer a mediação entre a teoria e prática a partir desses princípios preconizados pela PNE (2008) no estágio obrigatório de forma presencial é mais claro de se observado quando comparamos com o remoto, pois a diferença está na

sua materialização que como já foi mencionado só se efetiva no espaços sócio ocupacionais .

Um outro ponto que se observa no estágio presencial é a importância da supervisão direta de acordo com a PNE (2008) constitui-se entre o supervisor(a) acadêmico e de campo que precisam ao longo do estágio realizar encontros sistemáticos entre eles.

Essa supervisão se configura como um processo da formação, vejamos:

Configura-se em um processo coletivo de ensino-aprendizagem, na qual se realiza a observação, registro, análise e acompanhamento da atuação do (a) no campo de estágio, bem como a avaliação do processo de aprendizagem discente, visando a construção de conhecimentos e competências para o exercício profissional. Esta avaliação deve ser realizada continuamente, contemplando duas dimensões: a avaliação do processo de estágio e a avaliação do desempenho do discente, assegurando a participação dos diferentes segmentos envolvidos (supervisores acadêmicos e de campo e estagiários (a) (PNE,2008,p.15).

Tal processo permite mostrar a realidade nos espaços-institucionais tanto da universidade quanto das instituições que empregam os assistentes sociais:

Este processo político-pedagógico constitui-se num momento importante e de atenção às questões conjunturais que complexificam e dificultam essa etapa da formação profissional, tais como: a precarização nos campos de estágio e nas instituições de ensino, pela deficiência de recursos materiais, físicos e humanos, a bolsa estágio que não condiz com a realidade de estudantes-trabalhadores, a massificação do processo de supervisão acadêmica pelo número excessivo de estudantes dentre outros. Também se constitui num momento privilegiado para planejar estratégias de operacionalização para o enfrentamento dessa realidade (PNE, 2008,p.15).

O estágio supervisionado obrigatório na modalidade presencial permitiu analisar, de acordo com a ABEPSS (1996), as estratégias e técnicas de operacionalização no exercício profissional do supervisor de campo responsável e dos outros assistentes sociais em que se teve contato. Estratégias e técnicas entendidas como :

As estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção. As situações são dinâmicas e dizem respeito à relação entre assistente social usuário frente às questões sociais. As estratégias são, pois mediações complexas que implicam articulações entre as trajetórias pessoais, os ciclos de vida, as condições sociais dos sujeitos envolvidos para fortalecê-los e contribuir para a solução dos seus problemas/ questões(ABEPSS,96,p.14).

Nessa modalidade os estagiários tiveram oportunidade de participar de seminários temáticos e oficinas já que o hospital também exerce as atividades de ensino por ser uma extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), essas atividades são entendidas como mostra a seguir, seminário temático e oficina respectivamente: “Momentos de especificidade e aprofundamento de temáticas relevantes em diferentes enfoques, visando detalhamento de abordagens voltadas para problematização e o estímulo da criatividade” (ABEPSS,96,p. 15).

“Espaços de vivência que permitam o tratamento operativo de temáticas, instrumentos e técnicas, postura e atitudes, utilizando-se de diferentes formas de linguagem” (ABEPSS,96,p. 15).

Dessa maneira, a partir das observações apontadas no estágio supervisionado em Serviço Social de forma presencial chega-se a uma conclusão que essa modalidade é a única forma de cumprir integralmente o que abarca os documentos que norteiam tanto a prática como o processo de formação profissional.

Conforme aponta a PNE (2008), além dos princípios balizadores da profissão registrados no Código de Ética Profissional de 1993, a indissociabilidade das dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo devem ser garantidas nessa experiência.

É só no estágio presencial que o aluno tem contato com a população usuária e suas demandas, razão pela qual a profissão se legitimou enquanto tal, para intervir nas relações sociais existentes que se estabelecem e produzem contradições a partir do modo de produção capitalista.

Para uma formação crítica, reflexiva, propositiva, investigativa é necessário que os profissionais compreendidos pelo supervisor de campo, o supervisor acadêmico e pela instituição de ensino estejam acima de tudo alinhados com a normas, princípios e diretrizes curriculares que a categoria profissional defende na construção não só uma formação de qualidade, mas na busca pela emancipação humana.

É através dessa experiência que o estagiário de Serviço Social conhecer realidade do campo com todas as suas potencialidades a onde a articulação multiprofissional se dá pelas troca de saberes que é importantíssima como estratégia para uma intervenção qualificada e eficiente, é por meio desse espaço

que se conhece o trabalho dos pares através das reuniões de equipe que é um momento de trocas e experiências profissionais compartilhadas coletivamente que contribui para pensar e planejar os processos de trabalho

Com a pandemia houve grandes mudanças no que diz respeito ao mercado de trabalho de muitas profissões de acordo com Menezes et al. (2021), inclusive o trabalho dos assistentes sociais se alterou, profissionais esses que se inserem nas mais diversas áreas de atuação.

Como foi dito, a experiência de estágio supervisionado se deu em um hospital também na modalidade remoto.

A equipe de Serviço Social do hospital, juntamente com outros trabalhadores da saúde, nesta pandemia foram os profissionais que atuaram na linha de frente, portanto houve a necessidade de se reorganizar o processo de trabalho dentro da instituição.

As primeiras mudanças que ocorreram foram na divisão da equipe de Serviço Social, uma parte ficou responsável pelos atendimentos das demandas dos pacientes internos referente aqueles já internados e a outra pelo atendimento dos pacientes externos referentes aqueles que chegaram à unidade para o tratamento da Covid 19 esses encaminhados pelo Sistema Nacional de Regulação (SISREG.)

Essa mudanças também aconteceram nas relações e condições de trabalho, como mostra:

Este contexto trouxe impactos para as relações e condições de trabalho nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Nesta direção, há uma reorganização de escolas diferenciadas, plantões e rodízios de profissionais. Além disso, destaca-se que ainda que um quantitativo expressivo de profissionais fez uso de licenças e precisou se afastar de seus locais de trabalho por questões de saúde (MENEZES et al., 2021, p.6).

Para Menezes et al. (2021) essas mudanças que ocorreram impactaram na abertura e manutenção das atividades de estágio supervisionado trazendo grandes dificuldades aos atores envolvidos nesse processo, supervisores de campo, supervisores acadêmicos e estagiários na garantia da formação com qualidade.

A Escola de Serviço Social da UFRJ, através da coordenação de estágio de acordo com Menezes et al. (2021) promoveu debates, reuniões pedagógicas e Fóruns de Estágio com toda a comunidade acadêmica para analisar coletivamente estratégias e alternativas para a retomada do estágio.

Esses debates contaram com a presença de estagiários, supervisores de campo, supervisores acadêmicos e professores.

Um importante evento aconteceu nesse processo, no primeiro Fórum foram debatidos “Os desafios do estágio no contexto da pandemia: a supervisão em debate” (MENEZES et al; 2021, p.8).

Outras ferramentas foram utilizadas para se obter informações da comunidade acadêmica, vejamos:

[...] Foram realizadas pesquisas/levantamentos direcionados aos estudantes, supervisores de campo, supervisores acadêmicos para conhecimento da realidade vivenciada. Esses debates e pesquisas apontaram para a possibilidade e a necessidade do retorno das atividades de estágio na modalidade remota(MENEZES et al; 2021,p.8).

E no dia 29 de novembro de 2020 segundo Menezes et al. (2021) foi aprovado em instância deliberativa da Escola de Serviço Social da UFRJ a volta do estágio de forma remota tendo como requisito que os campos disponibilizassem condições para que a supervisão direta fosse feita dentro dessa modalidade.

Diante desse posicionamento da coordenação de estágio da Escola de Serviço Social da UFRJ sobre a volta do estágio, a equipe de Serviço Social do hospital ciente dessa informação entrou em contato com todos os estagiários para marcar uma reunião geral e saber a posição de cada estagiário de voltar ao estágio no modelo remoto deixando que cada um se manifesta-se de acordo com suas necessidades acadêmicas.

Necessidade essa de se terminar logo a graduação para se inserir no mercado de trabalho, mediante as necessidade materiais objetivas que perpassa a vida de todos, optou-se então por voltar ainda que de forma remota ao estágio.

De acordo com um levantamento feito pela Coordenação de Estágio da Escola de Serviço Social da UFRJ essa preocupação foi identificada através dos debates e reuniões propostas sobre a volta ao estágio.

A equipe de Serviço Social do hospital também relatou todas as dificuldades estruturais e a precarização das condições de trabalho para se voltar ao estágio, ainda que na modalidade remoto.

Uma dessas dificuldades que a equipe de Serviço Social enfrentava era a falta (EPI), assim como sinaliza no texto “ O estágio supervisionado na formação em Serviço Social : uma experiência desafiadora no período pandêmico”, vejamos:

Outro aspecto identificado, em relação às condições de trabalho dos profissionais da pandemia, foi a indisponibilidade de equipamentos adequados de proteção individual(EPI) para a equipe multidisciplinar. Neste sentido, alguns questionamentos e preocupações surgiram, reafirmando a impossibilidade da inserção dos estagiários nos estágios presencial, devido a indisponibilidade de equipamentos de segurança e a fragilidade do seguro de vida e acidentes, fornecidos pela universidade ou campo de estágio, pois observou-se que este não possuía cobertura ou assegurava medidas de proteção em relação ao adoecimento pelo coronavírus (MENEZES et al; 2021,p.7).

Neste sentido observa-se que as condições de trabalho dos assistentes sociais no hospital foi afetado, principalmente pela falta de equipamentos adequados de proteção individual (EPI) o que, portanto, se tornou mais um empecilho para os estagiários estarem no campo.

Um outro desafio apresentado pela equipe de Serviço Social e que rebate diretamente nas suas condições de trabalho foi a falta de estrutura na unidade principalmente pela ausência de recursos materiais como: internet, computadores, sala de estudos .

Com a pandemia, algumas salas que a equipe de Serviço Social ocupava no hospital precisou ser redirecionado a outros setores, as salas que permaneceram com a equipe ficou mais sobrecarregada, pois foi preciso dividir espaço com vários colegas, o que dificultou ainda mais o distanciamento social, portanto a inclusão de estagiários seria inviável, pois ficaria difícil manter a segurança de todos

Um outro desafio enfrentado pela equipe de serviço social foi a própria demanda institucional a onde estava ocorrendo o aumento de casos por contaminação da Covid 19 no Rio de Janeiro, o hospital passou a atender um número maior de pacientes, antes da pandemia a unidade tinha segundo (HUCFF/UFRJ,2012) uma capacidade de atender cerca de 1.000 pacientes para atendimentos ambulatoriais e/ou exames, além das quase 200 internações e em média são feitas 25 cirurgias diárias.

Com essa procura maior pela unidade, todas as especialidades tiveram uma sobrecarga de trabalho, assim como o Serviço Social, onde as profissionais não estavam preparadas e confiantes para a retomada do estágio no período de 2020.1,

esse aprovado pela Coordenação de Estágio da Escola de Serviço Social da UFRJ como já mencionado, portanto o estágio remoto não aconteceu no referenciado período.

Essa decisão da equipe de Serviço Social do hospital tinha como respaldo o documento do Conselho Federal de Serviço Social: “SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM TEMPOS DE PANDEMIA: Reflexões e orientações político-normativas”, como mostra a seguir:

Cabe às coordenações de estágio e assistentes sociais vinculadas aos serviços, a decisão sobre a realização da atividade de supervisão, e conseqüentemente, sobre o acesso ao estágio, ao ser balizada pela lógica do direito e respeito à autonomia profissional. É de responsabilidade das coordenadoras/res e supervisoras/res verificarem e avaliarem se o campo de estágio tem as condições adequadas e necessárias à sua realização. Significa refletir e analisar se institucionalmente estão asseguradas as condições para se realizar a atividade de supervisão de estágio, com qualidade e compromisso ético e, mais do que isso, se profissionais se sentem aptos/os a essa atividade nesse contexto de crise sanitária.(CFESS,2021,p.8-9).

Importante mencionar que a supervisão direta no estágio seja em qualquer modalidade é uma das atribuições privativas do assistente social conforme consta no Código de Ética Profissional de 1993, no artigo 5º do VI parágrafo:

“treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiário de Serviço Social”, (CFESS,1993,p.46)

A volta do estágio na modalidade remoto só iniciou no hospital no período de 2020.2 após uma nova avaliação da equipe de Serviço Social que conseguiu se planejar, sistematizar e pensar estratégias para as atividades que seriam executadas posteriormente pelos estagiários, as atividades foram desenvolvidas de forma que sua operacionalização pudesse estar alicerçada no exercício profissional do cotidiano, a onde esse processo de ensino e aprendizado não perdesse sua qualidade.

A coordenadora de estágio do Serviço Social do hospital promoveu uma nova reunião no dia 5 de março de 2021 com os estagiários para definir como seria o estágio remoto, a proposta para essa modalidade foi de os estagiários contribuíssem com a equipe de Serviço Social por meio de publicizar os direitos sociais através da criação de mídias digitais como instagram facebook, a participação no projeto de Extensão que tinha sido suspenso com a pandemia, projeto esse que tinha parceria

com a Escola de Serviço Social da UFRJ, e o levantamento e atualização dos recursos das redes e serviços da política da Assistência Social e da Política de Saúde.

E ao finalizar o período os grupos teriam que apresentar dentro do prazo estipulado a equipe de Serviço Social todos resultados que obtiveram durante o semestre, trabalho final que ser digitalizado, organizado, em arquivo Word, a listagem atualizada com as informações pertinentes aos serviços pesquisados, deveria constar também uma breve introdução com reflexões e apontamentos de legislações sobre os temas envolvidos na pesquisa.

Os estagiários deveriam anotar todas as informações complementares, dados que surgissem durante os contatos telefônicos as impressões pessoais, dificuldades e reflexões surgidas ao longo da tarefa pois eram discutidas nas reuniões online. Isso servia para trazer questões importantes para a continuidade da atividade e para refletir coletivamente sobre as condições dos serviços de atendimento à população.

Os estagiários de Serviço Social do hospital eram ao todo treze alunos, estes foram divididos em três grupos, contendo dois grupos com quatro e um com cinco, onde cada um se posicionou sobre qual assunto mais tinha se identificado .

Cada grupo contou com duas supervisoras de campo, e por já conhecer a dinâmica das profissionais de Serviço Social optei por participar do grupo dois denominado “levantamento e atualização da rede e serviço”, grupo este que ficou responsável por entrar em contato através de email, contato telefone, e como último recurso através do site institucional com as Secretarias Municipais de Saúde do Rio de Janeiro e baixada fluminense,

Essas informações seriam obtidas a partir do roteiro de perguntas elaborada pelas supervisoras de campo como: o nome completo da instituição, endereço, telefone, email, horário de atendimento e qual o processo para o requerimento no município para liberação de fraldas, cadeira de rodas e cadeira higiênica.

O objetivo principal dessa atividade era o levantamento de recursos na rede, processo de trabalho interventivo esse fundamental para o conhecimento prévio acerca dos equipamentos públicos, de forma que auxilie o encaminhamento correta dos usuários e familiares do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho para

serem assistidos de acordo com suas demandas nas instituições Municipais de Saúde.

A justificativa de se elaborar essa atividade se deve ao trabalho do Assistente Social nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais prima, entre outros aspectos, pela defesa intransigente dos direitos, pelas ações que favoreçam a sua garantia e pelo fortalecimento das políticas públicas.

Na realidade da atuação profissional do assistente social inserido em uma unidade de saúde, em especial um hospital de alta complexidade, a atuação profissional se concretiza nas ações realizadas junto aos usuários e seus familiares.

Entretanto, para que essa ação se materialize e tenha efeitos práticos no cotidiano, é imprescindível o reconhecimento de um trabalho que é prévio e antecipado, ou seja, de um trabalho que é anterior à prática imediata. Um trabalho que demanda, por um lado, um processo de avaliação e análise crítica da realidade social, das expressões dos processos de desmonte das Políticas Sociais e de desigualdades sobre as condições de vida da população, e por outro, um trabalho que se volta especificamente ao subsídio informativo acerca do que é vigente em termos de direitos sociais e de rede de proteção social e de serviços de forma geral.

Em um contexto de pandemia, em que a agudização das contradições sociais e das condições de vida e saúde da população se ladeia com as diversas mudanças provocadas pelo contexto de isolamento, contaminação, medidas de restrição e de enfrentamento, prover aos usuários desse serviço de saúde informações sobre a rede de suporte, serviços e direitos sociais básicos não se configura somente como uma das atribuições do assistente social, mas se coloca como possibilidade de garantias mínimas de reprodução social e material dessa população usuária.

Dessa forma, considera-se parte extremamente relevante do trabalho profissional do Assistente Social, sobretudo nesse momento, o levantamento dos recursos sociais e da rede de proteção social e de serviços, bem como a sua contínua atualização, seguidos da elaboração necessária de material informativo para subsidiar a trazer praticidade ao cotidiano de trabalho.

A efetividade desse levantamento depende de uma prática organizada, planejada e compartilhada entre os componentes da equipe de trabalho é feita de forma sistemática, funcional e objetiva, diminuindo as perdas de informação e os

retrabalhos. Assim, nessa direção é possível qualificar a prática profissional e garantir aos usuários, além de uma ação socioeducativa pertinente ao processo de enfrentamento e combate da Covid-19, as orientações, informações e encaminhamentos atualizados e relevantes à garantia, ampliação, manutenção e luta por direitos sociais, coletivos, humanos e de saúde. Nesse sentido, o trabalho proposto é indispensável para a qualificação da prática profissional e da assistência aos usuários do serviço de saúde, porém, pelo atual contexto, se coloca como uma possibilidade de atividade de forma remota.

Foi elaborado também o plano de estágio com todo o cronograma das atividades que seriam realizadas e dentro do que estabelece as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 que vai colocar que para se constituir o estágio como atividade pedagógica é preciso a elaboração do plano de estágio, entendido como:

É um documento a ser elaborado pelo (a) estudante, em conjunto com os(as) seus(suas) supervisores(as) acadêmico(a) e de campo, e deve conter os objetivos e atividades a serem desenvolvidas pelo mesmo durante o semestre ou ano letivo. Precisa contemplar a articulação das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Esse instrumento servirá como norteador do processo ensino aprendizagem a ser construído com a participação dos três sujeitos envolvidos supervisor(a)acadêmico(a), supervisor(a) de campo e estagiário(a)(ABEPSS,1996,p.33).

Ao final do período(2020.1) foi realizada uma reunião com todos os estagiários e supervisores de campo para avaliar a experiência do estágio remoto e dentro de um consenso todos concordaram com a continuação dessa modalidade para o próximo período (2020.2).

Período que passou por algumas mudanças como: estagiários que terminaram seus contratos e saíram e diante disso foi feito um processo seletivo para a inserção dos novos discentes, mudanças de supervisores de campo, no que se refere às atividades do estágio o levantamento e a atualização do equipamento foi dos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

Ao término do período uma nova avaliação das experiências foi feita por todos os atores envolvidos nesse processo a onde chegou a conclusão que apesar

dos desafios enfrentados como veremos posteriormente, conseguiu-se alcançar todos os objetivos propostos.

Diante desse cenário pandêmico o estágio supervisionado remoto apresentou alguns desafios para a sua operacionalização de acordo com Menezes et al. (2021) é necessário fazer uma avaliação de suas potencialidades e fragilidades, pois essa modalidade de estágio só se desenvolveu no hospital porque já existia um vínculo e a experiência de ter já vivenciado o estágio na modalidade presencial, conforme aponta o texto:

Diante da adoção do estágio remoto, faz-se necessária a avaliação sobre as potencialidades e fragilidades dessa modalidade. Em meio a um contexto de excepcionalidade, o estágio remoto possibilitou a continuidade de atividades de estágio, sobretudo tudo para aqueles estudantes que já conheciam a dinâmica do campo; contribuiu para que não fosse perdido o vínculo com as atividades desenvolvidas, permitiu o acompanhamento e a reflexão sobre as demandas profissionais e as requisições institucionais, sobre a reorganização das atividades e as condições de trabalho do assistente social no período da pandemia, sobre a rotina da equipe e a intensificação do trabalho (MENEZES et al; 2021, p.9).

Um dos desafios enfrentados no estágio supervisionado remoto sem dúvida foi o uso da tecnologia que ganhou centralidade como ferramenta para desempenhar as atividades.

Observou-se todas as dificuldades enfrentadas por todos os atores envolvidos nesse processo como os supervisores de campo, supervisores acadêmico e estagiários que tiveram que aprender a usar primeiramente os aplicativos que foram utilizados para a assinatura de documentos tanto do campo de estágio como : folha de ponto, referente a cada mês do semestre cursado, folha de atividades a onde o estagiário coloca tudo que ele fez como atividade no dia que ele as desempenhou e da instituição de ensino Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Incluindo a matéria de Orientação e Treinamento Profissional (OTP), disciplina essa que é feita concomitante ao estágio supervisionado, onde foi necessário o preenchimento de formulários, termo de compromisso, folha de atividades e avaliação da disciplina .

Os estagiários precisam utilizar recursos materiais próprios como a internet, computador, celular ou telefone fixo, energia elétrica, e nem sempre essas

ferramentas estavam em boas condições de uso ou a internet que não era rápida o bastante e perdia-se tempo muitas vezes e sem contar que o sinal em muitas vezes caía e não era possível dar continuidade ao que se estava executando.

Dificuldades essas que se apresentam dada as condições materiais objetivas de cada estagiário, nesse sentido concorda-se com que o texto ressalta, vejamos:

[...] Sabemos que as condições de acesso à internet e disponibilidade de equipamentos adequados (computador, tablet são muitos desiguais entre os estudantes e as condições de funcionamento da rede de internet no país é limitador, tanto para os alunos, quanto para os professores e demais profissionais envolvidos (MENEZES et al; 2021,p.10-11).

Um outro desafio encontrado foi de se estabelecer um limite de horário para que os estagiários e supervisores de campo pudessem entrar em contato uns com os outros caso houvesse uma dúvida no que se refere às atividades estabelecidas, pois em alguns momentos o contato era feito aos finais de semana ou muito tarde da noite, entende-se que devido o aumento da demanda no cotidiano profissional das assistentes sociais a dificuldade de se responder com mais rapidez através de aparelhos telefônicos via whatsApp nem sempre era possível.

Um outro desafio observado foi de conciliar as atividades do estágio supervisionado com os afazeres domésticos e todos os outros cuidados pessoais, vejamos:

Outra fragilidade observada ocorre em virtude de uma intensificação de tarefas no ambiente doméstico que se intercalam com atividades próprias do cuidado com o lar, cuidado com os familiares, autocuidado e com a sobrecarga de atividades de natureza acadêmica.(MENEZES et al; 2021,p.10).

Um outro desafio enfrentado foi no comprimento da carga horária de estágio que é de 20 horas por semana somando ao total 120 horas por semestre, tais desafios ocorreram porque as atividades eram realizadas por meio da tecnologia e muitas vezes ela não estava em plenas condições de uso.

Foi necessário então complementar o tempo que faltava, através da leitura de livros, artigos sobre temas referente às políticas de Saúde e a da Assistência Social que se estava pesquisando e atualizando.

Um outro ponto observado de acordo com Menezes et al. (2021) foi a falta de um ambiente adequado dentro da residência para se elaborar as atividades do estágio, em decorrência da própria dinâmica familiar do estagiário que era

atravessado por barulhos e interrupções, o que prejudica a concentração e execução das tarefas.

Outro desafio do estágio remoto está relacionado com a falta de um ambiente apropriado para a realização do estágio. Portanto, em relação a um ambiente silencioso e adequado à rotina de estágio são inúmeras, provocando falta de concentração na execução das tarefas estabelecidas(MENEZES et al; 2021,p.13).

Diante desses desafios apresentados uma pergunta que se fez, qual foi o aproveitamento teórico/prático no estágio supervisionado na modalidade remoto, observamos:

No que tange a dimensão técnico-operativa identificou que o atual cenário acentua desafios enfrentados pelos estagiários (as) que são anteriores ao período pandêmico e que se relacionam intrinsecamente com as expressões da “questão social” que atravessam a trajetória acadêmica de tantos (as) estudantes(MENEZES et al; 2021,p.12)

O estágio supervisionado na modalidade remoto como aponta Menezes et al. (2021) demonstrou a desigualdade histórica existente no Brasil no acesso a tecnologia da Informação e Comunicação, vejamos:

A adoção da modalidade remota explicitou a desigualdade histórica no acesso a Tecnologia da Informação e Comunicação no Brasil -as TICS. O processo de estágio supervisionado remoto impõem desafios consideráveis à sua realização e continuidade, haja vista os prejuízos ocasionados pelas constantes perdas de conexão devido à instabilidade ou a quedas de energias, que apareceram como as uma das principais dificuldades enfrentadas neste modelo(MENEZES et al; 2021,p.11).

E mais:

[...] foi possível identificar que a modalidade remota em parte dos casos comprometeu a aproximação dos estagiários com os instrumentos técnicos do trabalho profissional, uma vez suspensos os atendimentos diretos aos usuários da instituição. Nesta perspectiva, o distanciamento do atendimento direto dificulta o acompanhamento sistemático dos usuários e a criação de vínculos institucionais e interpessoais, além de acarretar prejuízos na construção de uma análise institucional e do reconhecimento do perfil dos usuários e usuárias, corroborando igualmente no afastamento do estagiário(a) de um campo de estudo importante no processo de aprendizado do estágio (MENEZES et al; 2021, p.11).

De fato, a dimensão técnico operativa foi um dos maiores desafios dessa modalidade a ser enfrentado segundo Menezes et al. (2021) porque é a dimensão que mais aproxima o estagiário com a população usuária das políticas e serviços públicos, é também nela que se conhece os instrumentos técnicos que subsistem a prática profissional no dia a dia dentro das instituições, e tão importante quanto às

outras, as relações sociais só se formam nestas instituições mediante a presença física a onde ocorre os vínculos interpessoais e institucionais.

[...] a modalidade remota, em parte dos casos, comprometeu a aproximação dos estagiários com os instrumentos técnicos do trabalho profissional, uma vez suspensos os atendimentos direto aos usuários da instituição. Nesta perspectiva o distanciamento do atendimento direto dificulta o acompanhamento sistemático dos usuários e a criação de vínculos institucionais e interpessoais, além de acarretar prejuízos na construção de uma análise institucional e do reconhecimento do perfil de usuários e usuárias, corroborando igualmente no afastamento do (a) estagiário de um campo de estudo importante no processo de aprendizado do estágio (MENEZES et al; 2021, p.12).

No que remete a dimensão ética profissional dentro dessa modalidade houve uma grande dificuldade de se manter sob sigilo as informações de usuários atendidos do hospital tanto pelos assistentes sociais da instituição porque dividiam o mesma sala com outros colegas por falta de estrutura da unidade como já mencionado e pelo estagiário que muitas vezes tinha que utilizar o mesmo computador que membros da sua família

No que tange a dimensão ética do processo de estágio remoto adquire relevância o debate sobre a relação entre espaço público e o ambiente privado. Sob esta modalidade, o ambiente institucional adentra o espaço doméstico e revela novos desafios à garantia de privacidade e do sigilo profissional no processo de supervisão (MENEZES et al; 2021, p.12).

E um outro ponto observado é a quantidade de tarefas a serem realizadas no modelo remoto de estágio de acordo com Menezes et al.(2021) a intensificação das atividades pode ocasionar adoecimento físico porque o estagiário fica exposto durante muito tempo em frente a computadores, tela de celular, tablet aparelhos tecnológicos.

Esses que utilizado por muitas horas consecutivas pode trazer problemas de saúde como dor de cabeça,dor nas costas e outras, além do problema físico a saúde mental é atingida neste cenário epidêmico, pois conciliar todas as atividades acadêmicas, estágio e vida pessoal sobrecarrega a todos não só os estagiários, mas professores acadêmico e supervisores de campo.

A intensificação das atividades no trabalho/ estágio remoto pode ser responsável por adoecimento físico e mental. Além disso, há rebatimentos na saúde física devido ao uso excessivo dos computadores,provocando dores de cabeça e dores nas costas, entre outros sintomas.[...] existe um esgotamento físico e mental nesse período que decorre do entrelaçamento das preocupações em relação à formação. As tarefas de cuidado de casa, dos filhos, de realização do estágio, do comprimento da jornada de trabalho, se somam as preocupações com a própria vida e a dos seus familiares, o

temor do desemprego e as restrições econômicas agudas(MENEZES et al; 2021, p.13).

Vivenciar o estágio supervisionado na modalidade remoto colocou muitos desafios para todos que participam desse processo juntamente com o estagiário, este que ainda está em processo de formação, portanto refletir sobre esse momento e como isso lhe atravessa é fundamental para constitui-se como um futuro assistente social comprometido com os princípios e valores que têm norteado a prática profissional .

Não podemos nos afastar do compromisso ético político com os processos formativos e, de trabalho e conseqüentemente, do fortalecimento da formação e do aprimoramento do trabalho profissional e essa avaliação terá que ser feita a posteriori, envolvendo todos os sujeitos desses processos(CFESS,2021,p.11).

Assim, pode-se afirmar que segundo Menezes et al.(2021) o meio virtual nunca poderá tomar o lugar das experiências vividas nos espaços sócio ocupacionais e a partir dela compreender a realidade concreta dos sujeitos.

Posto isso, a formação profissional permitirá que as competências e habilidades dos estagiários deverá ser de acordo com a Resolução nº 15, de 13 março de 2002

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;(D.C DA ABEPSS,2002,.p1)

Conclusão

Quando se iniciou o trabalho de pesquisa constatou-se que ao estagiar na modalidade remoto surgiram inquietações a partir dos dificuldades encontradas na execução das atividades propostas pela supervisão de campo em meio a um cenário pandêmico e que por isso, era importante estudar sobre os desafios da pandemia do covid 19 no estágio supervisionado em Serviço Social: reflexões acadêmicas de uma discente de Universidade pública.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo analisar as dificuldades da covid 19 no estágio supervisionado durante a pandemia.

Constata-se que o objetivo foi atendido, porque efetivamente o trabalho conseguiu demonstrar que analisar os desafios que a pandemia da covid 19 trouxe para se realizar o estágio na modalidade remoto, em decorrência da suspensão das atividades acadêmicas, esse modelo tornou-se o mais viável, pois se conseguiria continuar mantendo o distanciamento social como principal medida de segurança, tendo em vista a necessidade de se retomar as atividades, pois não se sabia ao certo quando tudo voltaria de forma presencial.

Ao realizar o estágio remoto observou que a falta de condições tecnológicas adequadas para executar as atividades estabelecidas pela supervisão de campo, prejudicou o conhecimento institucional e todas as relações interpessoais presentes nela, assim como fazer a articulação total das dimensões constitutivas da profissão e junto a isso conciliar as atividades acadêmicas e os cuidados pessoais foi grande um desafio, diante da sobrecarga de tarefas o que ocasionou problemas físicos e psíquicos de todos os atores envolvidos no esse processo.

A pandemia do coronavírus trouxe ao mundo crises sanitárias, econômicas e sociais, suspensão de muitas atividades que fazem parte do cotidiano e da vida social dos sujeitos como a universidade, espaço esse que se reorganizou para dar continuidade a formação tendo o estágio como parte do requisito para a conclusão da graduação de diversos cursos, inclusive o Serviço Social.

O estágio supervisionado obrigatório conforme previsto nas Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS é um elemento fundamental para se articular o conhecimento teórico e as outras dimensões da profissão aprendidas na academia.

O estagiário inserido nos espaços sócio ocupacionais permite uma reflexão sobre os processos de trabalho do assistente social bem como este aciona a instrumentalidade no seu cotidiano e deste modo o estagiário conhece de forma concreta a realidade.

A vivência no estágio mostra a importância de se trabalhar coletivamente e plural assim como consta no Código de Ética Profissional de 1993, nos instiga a pensar que tipo de profissional queremos ser, se com uma intervenção messiânica e burocrática remetendo a gênese da profissão ou um Serviço Social crítico e reflexivo.

Referencias

ABEPSS-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social - Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro** de 1996. Rio de Janeiro Novembro de 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf. Acesso em : 26 de nov.2021.

ABEPSS-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-** ABEPSS, maio 2010. Disponível em: http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf. Acesso em : 25 de nov.2021.

ABEPSS. **Nota da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social referente ao estágio supervisionado no período de isolamento social para o combate ao novo coronavírus (COVID19)**. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/nota-final-estagio_abepss-03-de-abril-de-2020-202004031809224761180.pdf. Acesso em :13 de fev.2022.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá/** Antônio Geraldo de Aguiar. – 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL. Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm . Acesso em: 14 de dez.2021.

BRASIL. Decreto nº6, de 18 de março de 2020. BRASIL. Art. 1º Fica reconhecida, exclusivamente para os fins do art.65 da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000, notadamente para as dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos no art. 2º da Lei nº13.898, de 11 de novembro de 2019, e da limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos ate 31 de dezembro de 2020, nos termos da solicitação do presidente da república encaminhada por meio da Mensagem n ° 93, de 18 março de 2020. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília DF, ano 2020, n.6, p. 1. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-legislativo-249090982>. Acesso em: 14 de mar. de 2022.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social, n.8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Reimpresso em 2015.

_____. Lei nº 8662, de 7 de Junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm#:~:text=LEI%20No%208.662%2C%20DE.\(Mensagem%20de%20veto\).&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%2C3%9ABLICA%20Fa%C3%A7o.eu%20sanciono%20a%20seguinte%20lei%3A&text=1%C2%BA%20%C3%89%20livre%20o%20exerc%C3%ADcio.as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20lei](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm#:~:text=LEI%20No%208.662%2C%20DE.(Mensagem%20de%20veto).&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%2C3%9ABLICA%20Fa%C3%A7o.eu%20sanciono%20a%20seguinte%20lei%3A&text=1%C2%BA%20%C3%89%20livre%20o%20exerc%C3%ADcio.as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20lei). Acesso em :13 dez de 2021.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Meia Formação não Garante um Direito: O que você precisa saber sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social**. In: MEIA Formação não Garante um Direito: O que você precisa saber sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Rio de Janeiro: [s. n.], 2 semestre 2011 e 2014. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/livros>. Acesso em: 14 jan de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente social**. Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/03). Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: www.cfess.org.br. Acesso em: 14 de dez.2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social. Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília:CFESS, 2011. Disponível em:www.cfess.org.br. Acesso em: 14 de dez.2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social**. Resolução CFESS 533/2008. Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: www.cfess.org.br. Acesso em: 14 de dez.2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução nº 533 de setembro de 2008 - Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social**.

Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em: 21 de jan.2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM TEMPO DE PANDEMIA. Reflexões e orientações político-normativas.** Disponível em:

<https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS2021-SupervisaoEstagioTempoPandemia.pdf>. Acesso em: 10 de jan.2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 9. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social. Lei de Regulamentação da Profissão** (Lei 8.662/03). Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: www.cfess.org.br. Acesso em: 18 de dez.2021

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL /RJ, **Assistente Social : Quem é o que faz?** Disponível em:

<https://www.cressrj.org.br/cartilhas/assistente-social-quem-e-o-que-faz>. Acesso em: 18 de dez.2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL RJ (Rio de Janeiro). **Sobre o Conselho In:** Rio de Janeiro: Conselho Regional de Serviço Social RJ, 2020. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/institucional/sobre-o-conselho/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO (Rio de Janeiro). **Visão e Missão.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

<http://www.hucff.ufrj.br/institucional/visao-e-missao>. Acesso em: 11 abr. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

INSTITUTO BUTANTAN (Rio Janeiro). **Como surgiu o novo coronavírus?: Conheça as teorias mais aceitas sobre sua origem.** In: Como surgiu o novo coronavírus? : Conheça as teorias mais aceitas sobre sua origem. Rio de Janeiro: Instituto Butantan, 2020. Disponível em:

<https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/como-surgiu-o-novo-coronavirus-conheca-as-teorias-mais-aceitas-sobre-sua-origem>. Acesso em: 13 abr. 2022.

MENEZES, Débora *et al.* **O estágio supervisionado na formação em Serviço Social: os desafios do tempo presente.** ON LINE LIBERTAS, Rio de Janeiro, ano 2021, v. 21, n. 2, 12 set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2021.v21.35262>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/35262>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MONTÃO, Carlos. **A NATUREZA DO SERVIÇO SOCIAL: Um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução.** In: MONTÃO, Carlos. **A NATUREZA DO SERVIÇO SOCIAL: Um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução.** São Paulo: Cortez, 2007. cap. 1, p. 17-55.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64/ José Paulo Netto – 8. ed – São Paulo: Cortez, 2005.**

NETTO, José. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** In: NETTO, José. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. cap. 1, 1,4, p. 69-81.

OPAS. **Folha informativa Covid-19.** Escritório Regional no Brasil, Organização Pan-Americana da Saúde, Organização Mundial da Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 15. dez. 2020.

RAICHELIS, R. E ARREGUI, C.C. **O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia.** In: **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n.140, p. 134-152, jan./abr. 2021 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MVGcWc6sHCP9wFM5GHrpwQR/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 de dez.2021.

SILVA, Vanessa. **A UFRJ lança orientações para ensino remoto emergencial.** CONEXÃO UFRJ, 22 jul. 2020. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2020/07/ufrj-lanca-orientacoes-para-ensino-remoto-emergencial/>. Acesso em: 9 fev. 2022.

